

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

MARINA SALAZAR DE ARAUJO LEHMANN

**RELATOS SOBRE OS JORNAIS *BRASIL MULHER* E *NÓS MULHERES*:
As sujeitas políticas na imprensa alternativa feminista no período da
redemocratização**

Porto Alegre
2018

MARINA SALAZAR DE ARAUJO LEHMANN

**RELATOS SOBRE OS JORNAIS *BRASIL MULHER* E *NÓS MULHERES*:
As sujeitas políticas na imprensa alternativa feminista no período da
redemocratização**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Jornalismo pelo Curso de Jornalismo da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS – Campus Porto Alegre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sabrina Franzoni

Porto Alegre
2018

As expressões do feminismo em várias vertentes que hoje tomam as ruas, redes e roçado não são apenas espontâneas, como os meios de comunicação hegemônico tentam nos fazer acreditar. Ao contrário, as exigências e reivindicações, as práticas políticas e formas organizativas que orientam o feminismo em expansão no Brasil – e em muitas partes da América Latina e do mundo- tem raízes nas lutas de milhares de mulheres que há tempos enfrentam a opressão. Reconhecer os acúmulos deste processo longo e coletivo das mulheres é fundamental para responder aos desafios atuais. (*Feminismo e autonomia das mulheres: caminhos para o enfrentamento à violência* - FARIA et al., 2018, p. 29).

Dedico este trabalho à minha mãe, Jussara, e à minha avó Francisca. Mulheres corajosas e guerreiras. Foi a partir das vivências delas que observei e aprendi o que é ser feminista, justa, sonhar e lutar por um outro mundo possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à minha família por me apoiar sempre. À minha mãe, Jussara, por nunca ter medido esforços para que eu seja feliz, não desistir e acreditar em mim e por me ensinar a ter coragem. Ao meu pai, pelo afeto. Ao meu irmão, João Gabriel, pela serenidade. À minha avó, Francisca, por ser onde encontro a calma para seguir meus sonhos e por ter me ensinado a importância e o significado da educação. À minha avó Selma pela espiritualidade e carinho. Ao trio fantástico das tias, Dinorah pela persistência, Dinda Carmem pela sensibilidade e Tia Ana pela amorosidade e companheirismo de sempre e que foi fundamental no incentivo a fazer este trabalho. Muito obrigada por existirem e fazerem parte da minha vida.

À minha companheira, Nataly, pelo cuidado, carinho e amor que me trazem aconchego e me dão coragem. Por aceitar dividir a vida e pelas inúmeras conversas e contribuições para que o trabalho ficasse o melhor possível.

À Prof.^a Dra.^a Sabrina Franzoni que me guiou neste processo. Pela confiança, paciência e, também, pelo aprendizado, não só no período de construção do trabalho de conclusão de curso, mas durante toda minha graduação.

Agradeço imensamente a Rachel Moreno e Vera Soares pela disponibilidade em me concederem as entrevistas para esta pesquisa, pela atenção, carinho e por dividirem comigo suas histórias e vivências.

Às companheiras militantes feministas da Marcha Mundial das Mulheres, por todas as experiências e vivências que a auto-organização proporciona. Em especial a Camila Marcarini, Nalu Faria e Tatau Godinho pela atenção e ajuda incansável, sempre que solicitada, ao longo deste processo.

Por terem se tornado minhas grandes amigas e fazerem parte de minha formação como mulher militante, agradeço às companheiras, Natália, Bruna, Íris, Regina, Alice, Gabriela, Alícia, Jheiny, Manuele, Marília, Drika, Letícia, Ana Clara, Elaine, Isadora, Mariana, Muriel, Paula e Poliana.

Obrigada Rebecca e Lua, por terem tornado as noites na Unisinos mais agradáveis, pelas risadas e uminhas bebidas aos finais das aulas e semestres.

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é resgatar a história do surgimento dos jornais feministas Nós Mulheres (NM) e Brasil Mulher (BM) a partir de entrevista com Vera Soares (BM) e Rachel Moreno (NM), sujeitas políticas que construíram e vivenciaram os periódicos. O trabalho, também, tem como objetivo contextualizar a história da imprensa alternativa e do período que o Brasil vivia no momento em que esses impressos alternativos feministas surgiram. Além disso, são mobilizados conceitos reivindicados pelo movimento feminista e se estabelece um diálogo entre os campos científicos da história, do jornalismo e da comunicação para fundamentar o destaque dado às sujeitas políticas na compreensão da história dos jornais e a utilização da entrevista como técnica de coleta de dados, através da qual são costuradas as memórias da história oral ao tempo presente.

Palavras-chave: Jornalismo Alternativo; Feminismo; Nós Mulheres; Brasil Mulher; História Oral; Auto-organização.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 IMPRENSA ALTERNATIVA: UM BREVE HISTÓRICO.....	10
3 IMPRESSOS FEMINISTAS: INSTRUMENTO PARA A AUTONOMIA DAS MULHERES	23
3.1 A IMPRENSA À SOMBRA DO REGIME MILITAR: MULHER, MATÉRIA CENSURADA.....	24
4 AUTONOMIA DA VOZ DAS MULHERES: AS SUJEITAS POLÍTICAS AUTO-ORGANIZADAS NOS IMPRESSOS ALTERNATIVOS	29
5 UM DIÁLOGO ENTRE CAMPOS DE PESQUISA: A HISTÓRIA, O JORNALISMO E A COMUNICAÇÃO	37
6 HISTÓRIA ORAL: A ENTREVISTA COMO INSTRUMENTO DE COLETA.....	47
6.1 PERCURSO METODOLÓGICO.....	49
7 ENTREVISTAS: RACHEL MORENO E VERA SOARES: OLHARES DA PRÁTICA DOS IMPRESSOS FEMINISTAS.....	51
7.1 BREVE BIOGRAFIA DAS ENTREVISTADAS.....	51
7.2.1 Mulher, matéria censurada.....	52
7.2.2 A mulher: sujeita política	66
7.2.3 A prática de fazer imprensa alternativa	73
7.2.4 A imprensa alternativa na era das redes sociais	77
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS.....	86

1 INTRODUÇÃO

Nossa frágil democracia, passados mais de 40 anos, volta à centralidade do debate político no Brasil. Após um golpe jurídico-parlamentar-midiático que se utilizou de artifícios jurídicos e articulações empresariais junto ao parlamento e a legitimação da grande mídia, a presidenta da República, Dilma Rousseff, primeira mulher eleita presidenta da República, foi retirada do cargo presidencial. Muitas semelhanças entre 1964 e de 2016 a 2018 despertam curiosidade. Discursos morais e de ódio voltaram com força, mascarando o projeto político neoliberal e fascista que serve à classe dominante brasileira e às elites externas. O uso político-ideológico do jornalismo sempre foi visível em regimes de suspensão de direitos, e as décadas de 1960 e 1970 são a maior evidência disso – sendo necessário lembrar que os veículos hegemônicos de comunicação fortalecidos naquela época atuam de forma parcial ainda hoje.

Reinterpretar o presente a partir das pegadas deixadas pelo passado é o que sugerem Barbosa e Ribeiro (2011, p. 22-24): “[...] procurando, entretanto, avançar além do anacronismo. [...] Cabe à pesquisa que tenha essa perspectiva de recuperar emblemas, vestígios e sinais do passado fornecer uma dimensão histórica às interpretações.”, e é essa a proposta que orienta a elaboração do presente Trabalho de Conclusão de Curso.

No golpe de 1964, que se estendeu até 1985, aproximadamente, a imprensa alternativa cumpriu um papel fundamental ao denunciar o cerceamento da democracia. Emiliano José (2015) explica, ao discorrer sobre o espaço de surgimento da mídia alternativa na ditadura militar do Brasil, que ela era “[...] multifacetada, com algumas publicações de natureza nacional, outras regionalizadas, com uma impressionante diversidade, que tratava das questões culturais às de gênero, incluía a homossexualidade e as mulheres e, sobretudo, constituiu um jornalismo de combate à ditadura”. (2015, p. 40).

A imprensa alternativa, ao longo da história, se colocou contra a hegemonia dos meios de comunicação e resistiu à censura. Nessa perspectiva, é possível estabelecer afinidades com o movimento feminista que, por sua vez, historicamente, não adotou o silêncio como forma de autodefesa. Em sua auto-organização utilizou a imprensa alternativa para conquistar autonomia e dar voz às mulheres. Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho é resgatar a história do surgimento dos Jornais Nós Mulheres (NM) e Brasil Mulher (BM), a partir de entrevista com quem construiu

e vivenciou os jornais, Rachel Moreno (NM) e Vera Soares (BM), pois os impressos alternativos feministas aparecem como uma ferramenta histórica de resistência à ditadura dos corpos, vidas e territórios e de luta pela emancipação das mulheres, incluindo questões desde a inserção no mercado de trabalho à manutenção das atividades domésticas, que resultam na tripla jornada de trabalho, orientando-se pelo enfrentamento às estruturas que sustentam as violências sofridas pelas mulheres numa sociedade machista, racista, patriarcal e capitalista.

Os impressos *Nós Mulheres* (1976) e *Brasil Mulher* (1975-1980) são exemplos de mídia alternativa à censura e controle de informação militar. Por isso foram escolhidos como objetos de estudo. No capítulo dois, A Imprensa Alternativa, com a teórica Cláudia Lago, dentre outros, e três, Impressos Feministas: instrumento para a autonomia das mulheres com as teóricas Amelinha Teles, Rosalina Santa Cruz Leite, Ana Alice Costa, entre outros, é resgatada a história do surgimento desses jornais, no contexto de seu tempo e a partir de quem os vivenciou e construiu.

No capítulo seis, História Oral: a entrevista como instrumento de coleta, as entrevistas com Rachel Moreno, do Jornal *Nós Mulheres*, e Vera Soares, do *Brasil Mulher*, permitem que, a partir da metodologia da história oral, seja possível costurar as memórias do passado vivenciadas com o tempo presente. A ideia é pensar, também, a transversalização dos campos da história, do jornalismo e da comunicação, que por intermédio da revisão bibliográfica, faz um resgate histórico de um período. Mas, principalmente, dá voz para duas mulheres, que vivenciaram na prática a produção dos jornais, contarem suas histórias de vida.

A pesquisa aqui desenvolvida teve como objetivo compreender como foram construídos esses dois jornais a partir da vivência de práticas coletivas e auto-organizadas feministas, utilizando como referência a história de vida. Assim, encontra-se, no capítulo quatro, Autonomia da voz das mulheres: as sujeitas políticas, a partir das autoras Camila Marcarini, Danièle Kergoat, Nalu Faria, Heleieth Saffioti, Miriam Nobre, Renata Moreno, Sheyla Saori, dentre outras, alguns conceitos para se compreender a complexidade da resistência das mulheres contra a violência do patriarcado. Ainda nesse capítulo, evidencia-se como os conceitos abordados constituíam a prática dos jornais que foram instrumentos auto-organizados de resistência e autonomia para as mulheres.

Por fim, além dos capítulos já especificados, o trabalho traça um diálogo entre campos de pesquisa: a história, o jornalismo e a comunicação, no capítulo cinco, a

partir das autoras Marialva C. Barbosa, Ana Paula Ribeiro, Maria V. Immacolata, dentre outros.

2 IMPRENSA ALTERNATIVA: UM BREVE HISTÓRICO

Os jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, trabalhados na presente pesquisa, utilizavam as práticas jornalísticas da imprensa alternativa. Por isso, é necessário compreender o conceito de imprensa alternativa recorrendo brevemente a um contexto político que envolveu a história da imprensa brasileira, sendo importante olhar não só para a imprensa alternativa mas, também, para a imprensa hegemônica, a fim de estabelecer um recurso comparativo que permita classificá-las como alternativas.

Segundo Flávio Aguiar (2013), é importante ressaltar que a imprensa brasileira nasceu com um periódico alternativo em 1808, o *Correio Braziliense*, que tinha como um de seus objetivos dar voz à luta por independência do Brasil. E outros alternativos também se destacaram no período do Império, como o Jornal fundado em 1858 pela categoria que deflagrou a primeira greve no Brasil, o *Jornal dos Tipógrafos*. Posteriormente, o alternativo do Partido Comunista do Brasil *A Manhã* e a paródia do Barão de Itararé *A manhã*, marcaram a Primeira República.

Já no segundo Governo de Vargas, o Jornal *Última Hora*, criado por Samuel Wainer com o apoio do então presidente, tinha o objetivo de apresentar uma narrativa oposta à unanimidade da “imprensa conservadora e golpista que queria a deposição do presidente.” (AGUIAR, 2013, p. 234).

Apresentar *Última Hora* como um “alternativo” pode parecer paradoxal ou até mesmo irônico, uma vez que ele foi criado com apoio do governo. E seguiu padrões de produção característicos do que se chamou de “grande imprensa”: tiragens enormes, apelo e sucesso populares, além de ter sucedêneos homônimos em algumas capitais brasileiras. Entretanto, nessa época - meados do século XX – estava em formação o cartel hegemônico da própria “grande imprensa”, com características muito próprias: em geral grandes empresas familiares – os Mesquita, os Marinho, os Frias, por exemplo –, que reuniam uma ideologia capitalista com um espírito oligárquico, franco-apoiadores dos Estados Unidos na Guerra Fria e que se dedicaram a combater o que viam como “esquerdismo” no país. (AGUIAR, 2013, p. 234-235).

Segundo Aguiar (2013), o Jornal *Última Hora* seguiu os padrões da “grande imprensa”, mas se diferenciava das características mais gerais, sendo, justamente, inovador e popular. Revolucionando a imprensa brasileira, foi, simultaneamente, disseminado nas capitais de nove estados brasileiros. A ousadia não foi perdoada por seus inimigos que o perseguiram de todas as formas até ser depredado e fechado após o golpe de 1964.

De acordo com Aguiar, outro alternativo importante antes do golpe de 1964 foi o *Brasil Urgente* editado por frei Josaphat Marinho, no ABC Paulista. A cúpula da Igreja tirou o frei do Brasil poucos dias antes do simbólico 1º de abril, terminando com o jornal.

Esses são uns poucos exemplos para mostrar como a vida dos alternativos é longa e variada na história brasileira, sempre com a marca da enfermidade. Os alternativos são exemplo de uma característica da vida cultural brasileira: a continuidade na descontinuidade. Isto é, os jornais e revistas surgem, duram relativamente pouco tempo, uns mais, outros menos, mas sempre estão de volta, e às vezes quando menos se espera. E que se opõem à pretensão hegemônica da imprensa de espírito oligarca e ideologia liberal, hoje neoliberal, que é dominante no Brasil. (AGUIAR, 2013, p. 235).

Aguiar afirma que, a partir do contexto do Jornal *Última Hora*, uma importante reflexão deve ser considerada em relação ao conceito de “alternativo” que, depois da ditadura militar de 1964, “[...] ficou associado a uma posição antigovernista generalizada”. (AGUIAR, 2013, p. 235). De acordo com o autor em foco, é necessário ampliar o conceito, uma vez que existe uma “[...] relação ideológica da imprensa com os grandes grupos financeiros, capitalistas e com as tradicionais oligarquias do mundo agrário brasileiro”. (AGUIAR, 2013, p. 236).

Para Aguiar (2013), os jornais “alternativos” são os que se opõem ou desviam dos interesses hegemônicos da imprensa tradicional brasileira, que essa mesma imprensa quer hegemônizar no Brasil. O conceito não se findaria em uma definição, ele é dinâmico e tem seus aspectos contraditórios.

Ainda segundo Aguiar (2013), apesar de já existente, foi em resposta ao golpe de 1964 que a imprensa “alternativa” ganhou corpo e se espalhou pelo Brasil, multiplicando novas experiências. Porém, a partir de 1980, com a redemocratização, a produção de alternativos quase desapareceu da história da imprensa brasileira.

A conjunção de fatores que levou à explosão dos alternativos era muito complexa. As causas começam dentro das próprias redações dos jornais tradicionais e de grande circulação. Todos eles, com a honrosa exceção de *Última Hora*, apoiaram ativamente o golpe de 1964. Até o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro que no dia 2 ou 3 de abril já se opunha aos golpistas, antes do golpe fez de tudo para ajudar a derrubar o governo de João Goulart. Um clima de contínua censura se instalou dentro das próprias redações, com os dirigentes dos jornais apoiando ou pelo menos justificando as perseguições, cassações de mandatos e violações de direitos que se seguiram à vitória dos golpistas, quando não as incitando abertamente. (AGUIAR, 2013, p. 236).

Para Aguiar (2013, p. 237), a mistura de diversos fatores como a “[...] massa de produtores insatisfeitos com suas condições de trabalho, meios técnicos em transformação, massa de leitores em potencial insatisfeitos com o que liam – foi o caldo cultural favorável para a proliferação da imprensa alternativa” que era nomeada dessa forma pela primeira vez, ou chamada de “imprensa nanica”, uma referência bíblica a Davi e Golias feita pelo escritor e jornalista João Antônio Ferreira Filho.

Segundo Romancini e Lago (2007) a ditadura militar colocada em prática em 1964 iniciou um árduo período em que a imprensa e as liberdades político-civis e de expressão contrárias ao regime foram brutalmente censuradas. Três processos em sequência dizem respeito à história do jornalismo da época. O regime se sustentava, também, a partir do controle dos meios de comunicação o que levou a grande imprensa a conviver com essa situação, direta ou indiretamente no caso dos que resistiam mais ou menos a esse cenário. A renovação do jornalismo se deu com o surgimento da imprensa alternativa que, mesmo duramente reprimida, conseguia promover um jornalismo de resistência.

Durante a ditadura militar, a censura à imprensa teve diversos momentos e se implantou segundo diferentes modelos. Deve-se assinalar que como quase toda a grande imprensa apoiou o golpe de 1964, com alguns dos jornais e seus proprietários participando ativamente da conspiração para derrubar João Goulart, houve um momento em que os próprios jornais, rádios e televisões praticavam uma espécie de auto censura, procurando construir versões das informações favoráveis ao regime autoritário, seguidamente apontado como “salvador da democracia” contra o perigo comunista. (AGUIAR, 2013, p. 238).

O golpe de 64 foi apoiado por grande parte da imprensa tradicional, somado por setores expressivos das classes médias, pela elite e conservadores da população brasileira. Para Romancini e Lago (2007), temerosos das condutas à esquerda do Governo João Goulart, e com a crise financeira e econômica do país, acabaram por apoiar o golpe de 64 sem acreditar que seria o início de um período duradouro marcado pelo autoritarismo, censuras e torturas. Personalidades da sociedade civil como Ademar de Barros, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, dentre outros, que ambicionavam o poder, arquitetaram e pensaram o golpe junto aos militares.

De acordo com Romancini e Lago (2007), uma parcela dos militares demonstrou interesse em recompor a democracia passado um curto período de “limpeza” do sistema político, necessário no entendimento desses. No entanto, os

fatos culminaram na extremização da direita que lançou políticos conhecidos para fortalecer o poder militar e que, assim, passou a consolidar uma facção autoritária, rígida e de organização tecnocrata.

Houve resistência por parte dos segmentos da sociedade civil ao endurecimento do regime. No entanto, apoiado na repressão às liberdades, sob o pretexto de assegurar a segurança nacional contra o comunismo e combater a corrupção, o poder militar procurou legitimar-se calando os dissidentes. O marco da ditadura plena seria o final do ano de 1968, com a edição do AI-5. Mas já antes, como em rupturas institucionais passadas, a imprensa, bem como outros campos da atividade intelectual, seria novamente cerceada. (LAGO; ROMANCINI, 2007, p.120).

Conforme Romancini e Lago (2007), os grupos de TV receberam grande auxílio, prioritariamente a Rede Globo, pois a política de integração nacional colocada em prática compreendeu grande incentivo público de recursos tecnológicos e financeiros. O Estado começou a assumir um papel mais direcionado, na economia, e estrategicamente investiu nos grupos de comunicação que dominavam o meio, culminando no crescimento do mercado das comunicações e estimulando a criação de graduações em jornalismo, sendo importante citar que foi em 1969 que a primeira regulamentação da profissão de jornalista foi decretada, o que se deu pela Lei nº 972.

O regime militar, via crescimento econômico, colabora indiretamente para o crescimento da imprensa, mas o ambiente repressivo do regime militar tenta controlá-la para legitimar-se. Em função disso, surge uma imprensa alternativa que procura transmitir informações que os grandes meios não queriam ou não podiam divulgar. Esta imprensa, numa linguagem com frequência renovadora, foi diversificada e bastante ativa no período da ditadura militar. Não sobreviveu muito após o início da abertura política, porém, tanto pelas pressões que sofreu, quanto pelo fato de que a grande imprensa passou a abordar os mesmos temas que ela, com melhores condições materiais. (LAGO; ROMANCINI, 2007, p. 121).

Romancini e Lago (2007) relatam que, mais tarde, o desgaste do projeto de desenvolvimento colocado pelo militarismo e o declínio da economia que resultara em crise, colocou em dúvida o autoritarismo. E parte da imprensa tradicional contribui significativamente para o processo de abertura e democracia, junto a setores da classe média e empresarial, até então também aliadas do regime militar, aderindo à campanha por “diretas já”.

Segundo Romancini e Lago (2007), o início do regime se deu com o primeiro Ato Institucional (AI), que foi colocado em prática pelo grupo militar em 9 de abril de 1964. O AI-1 tratou de suspender a garantia de parlamentares federais e estaduais

de exercerem seus mandatos, além de permitir votação indireta que elegeu o general Humberto de Alencar Castelo Branco, em 15 de abril do mesmo ano, como presidente. Perseguições aos opositores do regime e torturas vieram junto ao golpe jurídico parlamentar que criou, em junho de 1964, o Serviço Nacional de Informação (SNI), principal aparelho de controle de repressão aos estudantes e às Ligas Camponesas.

Para Lago e Romancini (2007) o abandono das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) que investigavam o investimento estrangeiro na imprensa e no Instituto Bíblico da Assembleia de Deus (IBAD), instauradas em 1963, deu início às ações do regime no âmbito da comunicação. Assim como, em 1966, a CPI que tratava da união entre os grupos Globo e Time-Life culminou, em 1971, no rompimento do acordo em que a empresa de TV se favoreceria amplamente, passando a administrar e trabalhar com novos equipamentos, conquistando vantagens no mercado da comunicação televisiva e se tornando, assim, o maior divulgador do Brasil dos militares.

O endurecimento do regime atuava diretamente com um rígido controle que tinha como objetivo anular a liberdade de expressão. Lago e Romancini (2007) relatam que, em contraposição, o regime militar passou a perseguir a TV Excelsior que havia apoiado Jango e tinha cunho nacionalista. A Excelsior teve sua concessão cassada pelo governo depois de diversos impasses trabalhistas, em 1969. O regime não se importaria de tirar de opositores uma rede de TV. O grupo, também nacionalista, de Samuel Wainer, *Última Hora* passou por objeções financeiras como resultado das pressões políticas feitas pelo regime, culminando também em seu desmantelamento. É importante resgatar também os episódios de repressão a jornais da grande imprensa que, inicialmente, apoiaram a ascensão dos militares, mas que, posteriormente, se manifestaram contra a censura e também foram alvo de perseguição, como o *Correio da Manhã*.

Contra o arbítrio do regime, o jornal carioca *Correio da Manhã*, aliado inicial dos golpistas, fez uma série de denúncias e críticas que tiveram como resposta perseguições, na forma de corte de publicidade e pressões contra jornalistas do *Correio*, entre eles, o colunista Carlos Heitor Cony. Ocorrem também nos anos seguintes ao golpe, apreensões de exemplares, ocupações da redação por policiais e um atentado a bomba na sede do jornal, que, aliados à pressão financeira, fizeram com que o *Correio da Manhã* fechasse em 1969. (LAGO; ROMANCINI, 2007, p. 123).

Já no que se refere ao desempenho da economia no início do regime, os resultados econômicos não conferiram por si só um expressivo apoio popular aos militares, que se valeram, então, de um maior sufocamento dos mecanismos de participação pública. Para Lago e Romancini (2007) o projeto econômico do governo Castelo Branco colocou em prática o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) que, através de ações conservadoras e rígidas, tinha por finalidade equilibrar as finanças e acabar com a inflação. Medidas impopulares como a garantia de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para reequilibrar os cofres públicos, a retirada do direito de greve dos trabalhadores, anteriormente garantido na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), e a não garantia de reposição da inflação com fórmulas de reajuste salarial. Assim, o PAEG chegou a alcançar seus objetivos com uma expressiva redução da inflação no ano de 1965 em comparação ao ano anterior.

Lago e Romancini (2007) afirmam que o relativo avanço econômico não surpreendeu parte da população que, nas eleições de 1965, elegeu políticos getulistas e identificados com Juscelino Kubitschek, o que fez com que os militares mais ortodoxos intimidassem Castelo Branco para que fosse mais linha-dura e fechasse, definitivamente, o sistema político. Isso resultou no decreto do AI-2, em outubro de 1965, que previa eleições indiretas para presidente e impôs o bipartidarismo, dissolvendo os partidos políticos que existiam. Faziam parte do bipartidarismo um partido da situação, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e outro, de oposição ao governo, composto por todos os demais partidos e grupos políticos, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Os autores em foco dizem que o endurecimento do regime se acirrava a cada dia e, em fevereiro de 1966, foi decretado o AI-3, que estabelecia eleições indiretas não só para a presidência, mas também para governadores, impedindo ainda mais a participação do povo na escolha de seus representantes. O governo Castelo Branco também foi marcado pela restrição da atividade jornalística com a Lei da Imprensa (1967); pela repressão às liberdades civis, com a Lei de Segurança Nacional, e a consolidação dos Atos Institucionais com a aprovação de uma nova Constituição.

Para Lago e Romancini (2007), em oposição, uma Frente Ampla foi criada, ainda em 1966, por Carlos Lacerda, Jango e Juscelino Kubitschek com a finalidade de lutar por democracia. Em março de 1967, o general Arthur Costa e Silva tomou posse, após Castelo Branco não conseguir impor a sucessão.

No ano seguinte, em particular, ocorrem vários fatos que acentuam a oposição entre o regime e a sociedade civil: a Frente Ampla é declarada ilegal, em abril; são realizadas várias mobilizações pela democratização, como a chamada “passeata dos 100 mil” – que reuniu estudantes e membros do clero e classe média do Rio de Janeiro, em 25 de junho –; o governo reprime o que seria uma reunião clandestina de estudantes, em Ibiúna, em outubro; greves operárias ocorrem em Belo Horizonte e Osasco em meados de 1968, e começam as ações armadas contra o regime praticadas por grupos de esquerda (uma bomba explode no consulado dos EUA em São Paulo, e têm início às “expropriações”, ou seja, os assaltos para reunião de fundos que dessem sustentação aos grupos armados). (LAGO; ROMANCINI, 2007, p. 125-126).

Afirmam Lago e Romancini (2007) que, como reação, o regime militar instituiu o AI-5, o chamado “golpe dentro do golpe”. Mas, a justificativa usada para o novo Ato Institucional foi o discurso feito na Câmara Federal pelo parlamentar Márcio Moreira Alves, em que denunciou a violenta invasão policial na Universidade de Brasília (UnB). Segundo os autores, o deputado “[...] conclamou a população a boicotar a parada militar de sete de setembro e sugeriu que as mulheres se negassem a namorar militares que estivessem envolvidos com a violência e repressão”. (LAGO; ROMANCINI, 2007, p. 126).

Conforme Lago e Romancini (2007), as palavras do deputado não repercutiram no plenário; todavia ecoaram nos quartéis, revoltando os oficiais. Por ofensa à honra da corporação, o grupo de ministros militares tentou caçar a imunidade parlamentar do deputado, mas foi derrotado por 216 votos a 141. Decisão inesperada, já que a Arena tinha maioria. Foi então que os “anos de Chumbo”, como foi chamado o período mais violento e repressivo da ditadura militar, teve início. Em 13 de dezembro de 1968, Costa e Silva decretou o AI-5 que determinou o encerramento dos trabalhos do Congresso Nacional. O Ato de número cinco, diferente dos anteriores, não tinha tempo de duração determinado e dava ao Presidente da República poder sobre o Congresso, os estados e municípios.

Para Lago e Romancini (2007), o exílio foi a saída encontrada por intelectuais, líderes sindicais, estudantes e opositores ao regime militar, pois o número de prisões, perseguições e humilhações havia aumentado significativamente, além de a tortura ter se tornado um método do regime, e a censura à imprensa ter sido institucionalizada ao longo do enrijecimento da ditadura. Um bom exemplo da aplicação da institucionalização da censura nos jornais foi uma ordem transmitida, em 1972, pela Polícia Federal ao *Jornal do Brasil*, quando o censor federal proibiu a publicação da manifestação, em plenário, do senador Filinto Müller, que negou que

existisse censura no país. Nesse momento de escalada da repressão e do controle dissolutivo das possibilidades de discussão, a censura deveria ser tratada com regularidade, não sendo permitido nem mesmo negar a sua existência, quanto mais questioná-la.

Ademais, Lago e Romancini (2007) afirmam que o regime tratou de formar um grupo de especialistas responsável por colocar em prática a censura, além de produzir leis minuciosas sobre legislações existentes, mas analisadas em tom repressivo e dando suporte jurídico às ferramentas de controle.

Para Lago e Romancini (2007), com o objetivo de aparentar normalidade, a censura prévia era feita pela Polícia Federal, e os veículos, depois de receberem o aviso, passavam as publicações originais a um censor. Dentre as publicações que sofreram a censura prévia, estão *O Pasquim*; entre 1972 e 1975, *O Estado de S. Paulo*; no período de 1973 a 1978, o órgão da Igreja Católica *O São Paulo*; de 1973 a 1977, o periódico *Opinião*; entre 1974 a 1976, a *Veja*; de 1975 e 1978, o *Movimento e Tribuna da Imprensa* no período de 1968 a 1978. A censura prévia a esses veículos serviu de ameaça para os demais.

Os autores relatam que a censura prévia era colocada em prática nas redações ou oficinas de impressão pelos censores que olhavam todo o material que havia sido coletado. Podiam cortar parágrafos, frases ou palavras, a partir das recomendações e orientações dadas pela Polícia Federal. O que sobrava era aproveitado pelos jornalistas, que reapresentavam os textos aos censores para que os liberassem se as restrições tivessem sido respeitadas. Em alguns casos, o número de alguma publicação era inviabilizada de rodar, tamanho a quantidade de cortes nela feita. Ainda como forma de lição para alguns periódicos, a censura prévia era feita em Brasília, prejudicando as publicações, que perdiam o tempo das notícias, pois essas deviam ser enviadas com antecedência para análise. Além disso, os custos do envio eram por conta dos veículos.

As publicações tentavam alertar para os leitores sobre esta prática, através de mecanismos de edição. Assim, o *Estado de São Paulo* publicou anúncios, cartas paródicas e receitas intragáveis em locais inusuais (no lugar do material censurado). Porém, nem sempre a tática funcionou, alguns leitores comentavam as cartas, como se elas fossem verdadeiras, outros reclamavam da qualidade das receitas. O expediente que acabou sendo mais adotado por esse jornal, depois, foi o uso de trechos de *Os Lusíadas*. Outros jornais, como *Opinião* e *Movimento*, usaram métodos similares: faixas em negro, no caso deste, ou trechos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, (ambas as estratégias tiveram que ser alteradas, depois, devido à proibição). (LAGO; ROMANCINI, 2007, p. 130).

Por fim, sobre a censura prévia, Lago e Romancini (2007) afirmam que foi terminando à medida em que se dava a abertura política, além dos esforços feitos para denunciar as censuras nos sindicatos de jornalistas, na Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) e na Associação Brasileira de Imprensa (ABI). O grupo *Opinião* foi o único que tentou contestar a censura prévia legalmente, através de ação judicial. Em 1973, o processo foi bem sucedido e o veículo ganhou a ação após provar a censura cometida pelo regime. Contudo, um dia após a vitória “[...] o governo divulgou um despacho presidencial que colocava em vigor um artigo do AI-5, permitindo a censura prévia em defesa da ‘revolução’, com base em outro despacho, de 1971 [...]”. (LAGO; ROMANCINI, 2007, p. 131).

Outra forma de censura teve início no ano de 1968. Além da censura prévia, a “autocensura” atingiu a maior parte da imprensa tradicional e tinha como princípio informar previamente aos jornalistas os assuntos que eram proibidos, deixando a seu cargo sua não veiculação, contando, também, com penalidades, caso as orientações fossem desconsideradas. A gama de assuntos vetados era ampla: “[...] corrupção no governo, greves, crises políticas, protestos estudantis, as condições de vida dos cidadãos comuns, citações a determinados indivíduos (dom Hélder Câmara, por exemplo), além da própria informação sobre a existência da censura.” (LAGO; ROMANCINI, 2007, p. 130).

Segundo Lago e Romancini (2007) os “bilhetinhos”, como ficaram populares, também eram despachados pela Polícia Federal. Importante ressaltar que, mesmo sem base jurídica, o Ministério da Justiça orientava as diretrizes e contava com o apoio de órgãos do governo que atuavam na área da informação, como o Serviço Nacional da Informação (SNI). As orientações gerais para a censura prévia partiam desses mesmos lugares. O agente encarregado levava o “bilhetinho” até os veículos e esperava os avisos serem copiados, levando consigo o autêntico, evitando que as empresas ficassem com evidências materiais da censura. Os jornalistas tinham que provar ciência dos avisos, assinando um documento. Os veículos que não cumprissem as censuras podiam ser ameaçados de serem submetidos à censura prévia, além de sofrer punições como o recolhimento dos jornais ou revistas e, no caso de emissoras de rádio e televisão, corte da transmissão. O regime também contava com punições e intimidações aos veículos do ponto de vista comercial que acabavam inviabilizando empresas e controlando, assim, a imprensa e circulação de notícias: “[...] auditorias contábeis, suspensão de anúncios do governo, pressões

sobre anunciantes, gráficas ou comerciantes dos veículos [...]” (LAGO; ROMANCINI, 2007, p. 132).

O expediente da “autocensura” terminaria em 1976, embora continuassem a existir veículos sob censura prévia. Por outro lado, o arbítrio continuava, pois, se não bastassem os processos de censura prévia apreensões de jornais e a “má vontade” do regime para com os jornalistas, a imprensa sofreu outras formas de repressão, como os atentados a bomba; invasões a redações e bancas de jornal; prisões, inquéritos arbitrários e violência física contra jornalistas e pressões contra os donos das empresas, mesmo depois de 1976. (LAGO; ROMANCINI, 2007, p. 133).

A constante tutela e o cerceamento da liberdade de expressão dos veículos de comunicação foram características marcantes da ditadura militar no Brasil, confirmando o autoritarismo de um regime que, por meio da censura e da violência, sufocava tudo o que entendia como possibilidade de agregar para o fortalecimento da oposição aos militares. Entretanto, é importante destacar outro fator que estava presente na relação entre a imprensa tradicional e o governo: o interesse em vantagens econômicas de alguns veículos confluiu com os interesses da ditadura militar, fazendo com que se submetessem oportunamente aos critérios antidemocráticos.

Em muitos negócios e oportunidades, inclusive de acesso mais fácil a empréstimos bancários, licenças de transmissão, contratos de anúncios, empregos como assessores de imprensa e acesso a notícias. Poucos jornalistas assumem tal posição quanto a si mesmos, porém muito mais estão prontos a atribuí-la à imprensa em geral e aos donos de jornal em particular. Não está implícito nenhum compromisso ideológico nesse tipo de apoio, era simples oportunismo. (SMITH 2000, p. 175 apud LAGO; ROMANCINI, 2007, p. 134).

Sobretudo com o decreto do AI-5, outros jornais da grande imprensa se adaptaram à censura como forma de sobrevivência, evitando a perseguição que levou, por exemplo, ao fechamento do *Correio da Manhã*. Tanto no primeiro caso, em que parte da imprensa se aliou à ditadura como forma de obter privilégios econômicos, como no segundo caso, em que outra parte adotou uma postura cautelosa, que resultava no silenciamento das questões que podiam desagradar o regime militar, a grande imprensa se tornou essencial para a manutenção da ditadura no Brasil.

Deve-se observar também – sem esquecer a existência, desde o início do regime militar, de jornalistas e intelectuais que manifestaram críticas à ditadura, sofrendo graves riscos e, por vezes, prejuízos severos –, que houve um relativo ajuste ideológico entre governo autoritário e parte da imprensa. (LAGO; ROMANCINI, 2007, p. 135).

Por outro lado, nesse mesmo período, surgiam outras formas da prática jornalística, que eram humildes em suas estruturas organizacionais e buscavam resistir ao controle autoritário da comunicação. Como ressaltam Lago e Romancini (2007), nesse contexto, e durante todo o período do regime, cerca de 150 publicações de oposição à ditadura surgiram, caracterizando a imprensa alternativa. Todos os periódicos preencheram um vácuo jornalístico, deixado pela imprensa tradicional, de protesto e denúncia das arbitrariedades da ditadura militar. Vários periódicos duraram pouco ou não passaram do primeiro número, todavia, alguns estiveram ativos por períodos mais duradouros.

Para as autoras em foco, a imprensa alternativa, com toda sua irreverência, também estava atrelada à cultura que, nos anos 60 e 70, efervescia no país e no mundo. Além da ditadura a ser confrontada, Lago e Romancini (2007) complementam “[...] a então romanticamente inspiradora Revolução Cubana; o jornalismo *underground* norte-americano e a contracultura; o Tropicalismo; o uso das drogas para alcançar “estados superiores de consciência”, entre outros aspectos, fizeram parte do contexto que influenciou diretamente este jornalismo.” (LAGO; ROMANCINI, 2007, p. 141, aspas das autoras).

Segundo Lago e Romancini (2007) além da crítica política presente em todos periódicos, duas correntes podem ser facilmente destacadas na imprensa alternativa por caracterizarem as publicações e essas, eventualmente, apareciam juntas em um mesmo número.

[...] a que privilegiava o caráter ideológico-político do jornalismo, no qual, a partir de uma orientação marxista e nacional-popular, buscava denunciar os problemas sociais do país numa perspectiva que apontava para a mudança no *status quo*; a outra tendência se voltava para uma ruptura no plano da crítica cultural e dos costumes, com influência do existencialismo, do anarquismo e dos movimentos de contra-cultura. (LAGO; ROMANCINI, 2007, p. 141).

Segundo Lago e Romancini (2007), em 1981, vários jornais acabam, fosse pelas dificuldades financeiras, os frequentes ataques às bancas de jornal, entre 1977 e 1980, por agentes conservadores, as perseguições e intimidações, além das prisões de jornalistas que, em diversos casos, eram processados. Esses são alguns dos fatores que estabeleceram o fim da época do jornalismo alternativo. Outro motivo relevante é que o formato de jornalismo passou a ser utilizado e reproduzido, a partir do final dos anos 70, por veículos sindicais, de associações e de movimentos sociais. Além disso, o surgimento da imprensa partidária e a adesão a assuntos

políticos, como a anistia e a contratação de jornalistas – que antes se dedicavam à imprensa alternativa – por empresas da imprensa tradicional também contribuíram para o encerramento do ciclo.

Para Aguiar (2013), a aprovação da Constituição de 1988 marcou a redemocratização do país e também o fim da imprensa alternativa que havia passado a se constituir como frente jornalística que precisava sobreviver ao final da repressão de 1964, além da necessidade de cobrir “[...] articulações e enfrentamentos de bastidores entre concepções distintas e organizações que se fragmentavam de acordo com confrontos internos”. (AGUIAR, 2013, p. 246).

Sobre os rumos que a imprensa alternativa tomou na história da imprensa brasileira, Aguiar (2013) ressalta que, no início do século XXI, o ressurgimento de uma nova imprensa alternativa se originou dos desenvolvimentos da internet com os *blogs* e *sites*, dos jornais de movimentos sociais, como o MST, dos sindicatos e das rádios comunitárias. Mesmo em condições culturais muito diferentes da imprensa alternativa do século XX, como o alcance oferecido pela internet que, por ser maior e imediato, acabou por relativizar o poder da imprensa hegemônica, não perdeu a origem política e social de ser uma alternativa aos veículos hegemônicos “[...] que se autointitulam “formadores de opinião” e que defendem os espaços e as propostas do grande capital e de vinte anos para cá a agenda do pensamento neoliberal”. (AGUIAR, 2013, p. 246, aspas do autor).

Nitidamente, o legado da imprensa alternativa, que foi uma das grandes ferramentas de denúncia do regime militar e de suas censuras, marcou a história da nossa imprensa. Aguiar (2013) retoma a dedicação à causa inseparável da luta por justiça social, liberdade e democracia.

A imprensa aguerrida que, a despeito da feroz repressão dos anos 1960/1970, se fez ouvir, deu recados e provocou mudanças, figura não só como marco da busca do estado de direito do país, mas como uma das expressões de contestação mais veementes da história do jornalismo impresso brasileiro. (AGUIAR, 2013, p. 247).

Esta pesquisa resgata dois jornais que nasceram ao final do período da imprensa alternativa brasileira do século XX, momento em que ocorria o início de um processo gradual de reabertura democrática do sistema político, e se destacam por apresentarem um tema não debatido por outros periódicos.

Como mencionam Teles e Leite (2013), entre os anos de 1975 e 1980, os Jornais *Nós Mulheres* (NM) e *Brasil Mulher* (BM) dialogavam sobre o contexto político da época sob perspectiva feminista e sobre a realidade das mulheres

brasileiras, além de apontar as novas formas de fazer política a partir do feminismo. Eram jornais dirigidos por mulheres e direcionados às mulheres. Inserem-se na imprensa alternativa, pois, como os demais, eram contra-hegemônicos, faziam oposição ao regime militar e buscavam formas não convencionais de financiamento.

3 IMPRESSOS FEMINISTAS: INSTRUMENTO PARA A AUTONOMIA DAS MULHERES

No ano de 1970, o Brasil vivia sob o comando da Ditadura Militar, período sombrio, marcado por acontecimentos violentos contra as liberdades democráticas. No entanto, foi também quando os movimentos sociais começaram a se reorganizar e emergir, de forma que, na década seguinte, pressionavam para a retomada da democracia e para a derrubada do regime militar (TELES; LEITE, 2013). Entre esses movimentos, o feminismo se destacou pela forma com que dialogava sobre novas formas de fazer política, em que a saída é solidária, na prática, reformulando as estruturas e não se adequando a elas.

Costa (2010) dialoga com Teles e Leite ao afirmar o caráter subversivo do feminismo na ditadura militar, que, por meio de novas dinâmicas, condutas e conceitos, passou a questionar os limites da política que, até então, se referia apenas à esfera pública. Com isso, o feminismo passou a reivindicar a necessidade de tornar público o cotidiano das mulheres. “É um movimento social que não apenas renasce, mas também cria estratégias de luta – sua práxis política – a partir da troca de experiência e vivência das mulheres, e de sua reflexão coletiva.” (COSTA, 2010, p. 176).

Para Teles e Leite (2013), a criação de instrumentos que dessem conta de noticiar a rotina das mulheres, a forma como o sistema capitalista e a sociedade patriarcal as violentava diariamente, que denunciasses a realidade das mulheres brasileiras submetidas ao regime militar – incluindo a luta pela anistia –, era fundamental para a difusão e construção do feminismo e dos movimentos populares. Nesse contexto, as mulheres passaram a escrever essas histórias, criando uma imprensa comprometida com as lutas políticas e ideológicas de resistência.

A imprensa alternativa feminista, democrática e popular surge e se desenvolve no Brasil, especialmente em São Paulo a partir de 1975, com os jornais *Brasil Mulher* (1975-1980) e *Nós Mulheres* (1976-1978), no período que denomino pós-luta armada. (TELES; LEITE, 2013, p. 15).

As autoras destacam os jornais *Brasil Mulher* (BM) e *Nós Mulheres* (NM) como referências da imprensa alternativa feminista, democrática e popular e afirmam que os periódicos se tornaram parte do movimento de mulheres. O surgimento dos dois veículos alternativos está inserido na história do feminismo brasileiro, não podendo ser vistos de forma isolada por imprimirem uma nova forma de fazer e viver

a política. Os jornais foram propulsores para o movimento feminista da época, que se caracterizava por “[...] um amplo e heterogêneo movimento que articulava as lutas contra as formas de opressão das mulheres na sociedade com as lutas pela redemocratização”. (COSTA, 2005, p. 15 apud COSTA, 2010, p. 282). Teles e Leite (2013) reafirmam que os jornais, por sua vez, se tornaram espaços privilegiados de criação de conteúdo sobre o cotidiano das mulheres trabalhadoras, militantes políticas, das periferias e ferramenta para exercerem a militância feminista.

Nesse sentido, é importante contextualizar como se introduziam as pautas que discutiam as questões das mulheres brasileiras naquele período. A imprensa hegemônica, através das revistas femininas falava, basicamente, sobre as mulheres de forma padronizada e impunham bons costumes. Deve-se denunciar que na própria imprensa alternativa, as feministas foram subjugadas, reafirmando um não lugar e indiferença da imprensa como um todo, no que se refere às questões das mulheres. Foi na imprensa alternativa feminista que as mulheres encontraram espaço para suas vozes, dúvidas e angústias em comum, sobretudo as trabalhadoras.

3.1 A IMPRENSA À SOMBRA DO REGIME MILITAR: MULHER, MATÉRIA CENSURADA

Mantida pela militância de esquerda durante o regime militar, com muitos obstáculos, a imprensa clandestina estava dentro do guarda-chuva da imprensa independente: noticiava acontecimentos referentes à ditadura militar, denunciava as violências do regime, os assassinatos, as torturas e as prisões. Contudo, as mulheres não eram mencionadas. “A repressão política fazia diariamente ataques às organizações de esquerda e não havia tempo nem espaço suficientes para a imprensa tratar da então chamada questão da mulher.” (TELES; LEITE, 2013, p. 42).

Inúmeras ações da prática da imprensa alternativa foram executadas, criadas de forma legal institucionalmente, mas acabaram sendo censuradas ou se tornaram inviáveis diante das regulares repressões policiais. A revista *pif-paf*, de Millôr Fernandes, com a contribuição de outros humoristas, foi a primeira publicação alternativa nacionalizada com distribuição nas bancas de jornal do Brasil. Considerada subversiva pelos militares, teve sua equipe perseguida pelo regime e monitorada desde o seu primeiro número publicado em 1964.

Teles e Leite (2013) afirmam que a revista *pif-paf* “foi uma publicação de duração efêmera que trouxe momentos de humor e esperança para quem a ela teve acesso”. (TELES; LEITE, 2013, p. 42). Entretanto, Teles e Leite (2013) ressaltam que as ações da imprensa alternativa, quando tratavam sobre alguma questão relacionada ao gênero feminino, objetificava sexualmente, de um modo geral, os corpos das mulheres.

No mês de janeiro de 1967, a *Realidade*, revista de caráter nacional pertencente à Editora Abril, que fazia parte da grande imprensa, teve uma de suas publicações confiscada, sofrendo censura total de conteúdo. A edição de número 10 focava na mulher brasileira, e a capa continha a seguinte manchete e destaques, respectivamente: *A mulher brasileira hoje*; “Pesquisa: o que elas pensam e querem”; “Confissões de uma moça livre”; “Ciência: o corpo feminino”; “Eu me orgulho de ser mãe solteira”; “Por que a mulher é superior”; “Assista um parto até o fim”. A edição foi gerada a partir de uma pesquisa feita com 1200 entrevistas sobre as brasileiras e noticiava diversas vivências de diferentes mulheres. A jornalista da revista, e psicóloga, Carmem Silva tinha o objetivo também de criticar as seções de *Conselhos Sentimentais* das revistas femininas.

O tema mulher era mal visto pelos militares. Tanto é que quase dez anos depois, em 1976, o jornal da imprensa alternativa *Movimento* teve sua 45ª edição totalmente vetada por ser um número especial sobre “O trabalho da mulher no Brasil”. Neste caso, até as tabelas com os dados estatísticos elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram censuradas. (TELES; LEITE, 2013, p. 43, aspas das autoras).

As autoras relatam que entre os anos de 1969 e 1974, com sede na cidade do Rio de Janeiro, o tablóide publicamente antifeminista *O Pasquim* se destacou por influenciar significativamente a narrativa da esquerda intelectual.

Ao entrevistar Betty Friedan, uma feminista estadunidense reconhecida internacionalmente, que veio ao Brasil a convite da Editora Vozes para o lançamento de seu livro *Mística Feminina*, *O Pasquim*, no seu número 94, de abril de 1971, colocou na capa a seguinte frase: “Desculpe, Dona Betty, mas nós vamos dar cobertura às furadoras da greve do sexo.” (TELES; LEITE, 2013, p. 43-44, aspas das autoras).

O Pasquim era declaradamente um jornal antifeminista e travava com deboche as questões das mulheres e da diversidade sexual. Por outro lado, o tablóide publicou duzentas edições semanais nesse período e chegou a vender 200 mil exemplares a cada semana. Atingindo o público jovem, falava sobre cultura, arte e futebol.

A ditadura e seus apóstolos não achavam a menor graça no *Pasquim* e tentaram, por todos os meios, destruí-lo. Para eles aquilo era um antro de comunistas, bêbados, perversos e drogados, empenhados em difundir ideologias exóticas e subversivas, desencaminhar a juventude e destruir a família brasileira. (AUGUSTO, 2006, p. 11 apud TELES; LEITE, 2013, p. 43).

As mulheres não encontravam espaço na imprensa alternativa, como a exemplo de *O Pasquim*, e as autoras concluíram que, na imprensa feminina, padrões morais e liberais eram impostos. As revistas femininas desenhavam e retratavam mães e filhas ideais, sensíveis, práticas e “multitarefa”, além de ilustrar mulheres de corpos quase perfeitos, bem humoradas e sorridentes em seus cotidianos.

Nesse contexto, os jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher* surgiram para pautar a realidade das mulheres brasileiras e a resistência ao regime militar, além de criticar as revistas femininas e, também, demarcar espaço na imprensa alternativa.

Costa (2010), ao elaborar um estudo sobre *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*, destacou a criação dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* como instrumentos políticos e autoidentificados como feministas. O *Nós Mulheres* atuava numa perspectiva classista, e o *Brasil Mulher*, por ter entre as sujeitas políticas que o construíram militantes vinculadas a partidos como o PCdoB, PC e Ação Popular (AP), também imprimia o debate anticapitalista. A autora (2010) revela duas passagens, respectivamente parte do editorial de nº 1 do *Nós Mulheres* e da carta da *Sociedade Brasil Mulher*, que mostram as características de cada veículo:

Pensamos que Nós Mulheres devemos lutar para que possamos nos preparar, tanto quanto os homens, para enfrentar a vida. Para que tenhamos o direito à realização. Para que ganhemos salários iguais quando fazemos trabalhos iguais. Para que a sociedade como um todo reconheça que nossos filhos são a geração de amanhã e que o cuidado deles é dever de todos e não somente das mulheres [...] Queremos, portanto, boas creches e escolas para nossos filhos, lavanderias coletivas e restaurantes com preços populares, para que possamos junto com os homens assumir as responsabilidades da sociedade. Queremos também que nossos companheiros reconheçam que a casa em que vivemos e os filhos que temos são deles e que eles devem assumir conosco as responsabilidades da casa e nossa luta em torná-las sociais. Mas não é só isso, Nós Mulheres queremos, junto com os homens, lutar por uma sociedade mais justa onde todos possam comer, estudar, trabalhar em trabalhos dignos, se divertir, ter onde viver, ter o que vestir e o que calçar. E por isso não separamos a luta da mulher da luta de todos, homens e mulheres, pela sua emancipação. (EDITORIAL, 1976, p. 2 apud COSTA, 2010, p. 181).

No documento interno produzido pela *Sociedade Brasil Mulher*, alguns objetivos gerais foram apresentados como forma de identificar a perspectiva marxista das organizações feministas brasileiras.

Alguns objetivos da Sociedade Brasil Mulher possibilitam uma visão esclarecedora da perspectiva norteadora do feminismo brasileiro neste momento e da hegemonia de uma perspectiva marxista dessas organizações: “1. Desenvolver ao máximo a consciência da condição feminina, da opressão específica que sofre, ao mesmo tempo em que avança o combate à opressão comum que pesa sobre os trabalhadores; 2. Unificar essa consciência da opressão, fortalecendo e apoiando o movimento de trabalhadoras contra as discriminações específicas que sofrem e sua participação nas lutas econômicas, políticas e sociais de todos os trabalhadores contra sua opressão; 3. Lutar para que os diferentes setores das classes trabalhadoras assumam as reivindicações das mulheres e se solidarizem com seus movimentos específicos; 4. Desenvolver uma incessante luta ideológica contra os preconceitos e o papel tradicional da mulher, contra a influência da tradição, costumes, moral burguesa, de modo que homens e mulheres transformem suas relações estabelecendo entre si relações de respeito e solidariedade de classes; [...] 12. Propor e lutar pela organização autônoma das mulheres em seus lugares de trabalho e moradia, ou inclusive organizações mais gerais. (EDITORIAL, 1978, p. 12-13 apud COSTA, 2010, p. 181).

Segundo Teles e Leite (2013), os dois periódicos eram impressos em preto e branco, editados em formato tablóide e tiveram a duração de cinco anos: o *Nós Mulheres* teve seu lançamento em junho de 1976 e contou com oito números publicados, e o *Brasil Mulher* completou 17 números editados e a impressão de três edições especiais, desde seu número zero publicado em 9 de outubro de 1975.

Teles e Leite (2013) relatam que, assim como as demais publicações alternativas, a situação financeira do *BM* e do *NM* era precária, pois não contavam com apoio financeiro, nem com patrocínio ou publicidade. As mulheres que produziam os jornais contribuía mensalmente, sendo essa a principal forma de manutenção dos jornais. Nas publicações, eram colocadas notas pedindo para as leitoras contribuírem, não só comprando os jornais, mas levando exemplares para pessoas interessadas e, também, assinando mensalmente, tornando-se sócias honorárias. O esforço era para que houvesse um convencimento das leitoras na colaboração financeira, na disseminação e distribuição dos periódicos.

Para Teles e Leite (2013) a distribuição era feita por simpatizantes e pelas próprias militantes idealizadoras do *BM* e *NM*. As bancas de jornal chegaram a receber algumas edições, mas o que garantia, de fato, algum retorno – financeiro e de contatos que somavam na rede de divulgação dos jornais – era a venda de “mão

em mão”. As duas publicações “[...] contavam com uma incipiente organização e mobilização de mulheres.” (TELES; LEITE, 2013, p. 61).

Teles e Leite (2013) afirmam que os movimentos feministas foram os maiores beneficiados com o *BM* e o *NM* que, por sua vez, necessitavam de movimentos organizados de mulheres para que fosse possível publicá-los sob a perspectiva de uma imprensa feminista, o que resultou em um estreitamento de relações entre as feministas, os movimentos feministas e a imprensa feminista alternativa.

Esses jornais contra-hegemônicos, construídos por mulheres e direcionados às mulheres, promoveram mudanças sociais e imprimiram em suas práticas diárias uma nova lógica, feminista, de fazer e construir veículos de imprensa. Ou seja, eram veículos feministas pelo conteúdo que noticiavam mas, acima de tudo, distinguiam-se pela forma auto-organizada, coletiva e solidária como eram estruturados e construídos. Assim, além de serem importantes para esta pesquisa, torna-se necessário aprofundar alguns conceitos do feminismo para ser possível compreender que tanto as mulheres que construíram os jornais quanto as que encontravam espaço para a autonomia de suas vozes tornavam-se, no processo, sujeitas políticas de suas próprias histórias.

4 AUTONOMIA DA VOZ DAS MULHERES: AS SUJEITAS POLÍTICAS AUTO-ORGANIZADAS NOS IMPRESSOS ALTERNATIVOS

Neste capítulo, pretende-se associar as sujeitas políticas e a forma como se auto-organizavam na imprensa alternativa com formulações desenvolvidas por autoras feministas sobre os temas da auto-organização, da autonomia e do conceito de sujeitas políticas.

Surgiu, com os jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, a imprensa alternativa feminista a partir da necessidade de dar voz às mulheres brasileiras. Além disso, os jornais eram ferramentas para ex-presas políticas ligadas ao *Movimento Feminino pela Anistia* (MFA) – que fundaram e construíram o jornal *Brasil Mulher* – mulheres universitárias e antigas militantes do movimento estudantil – que consolidaram o jornal *Nós Mulheres* – conquistarem sua autonomia como forma de manter a resistência ao regime militar e contribuir na construção do movimento feminista da época. Muitas dessas mulheres eram ligadas a partidos e sindicatos que se opunham ao regime militar, mas, dentro dessas organizações de esquerda mistas, a voz e as demandas das mulheres não ocupavam um espaço de relevância. Por isso, a construção de espaços auto-organizados, a exemplo dos jornais, surgiu como uma necessidade para o avanço político da luta das mulheres, preservando a afinidade ideológica com a esquerda.

Muitas das suas integrantes eram oriundas de organizações da chamada “Esquerda Revolucionária” vinculadas a uma perspectiva marxista de libertação nacional. Essas e outras vivenciaram a experiência da luta armada, da clandestinidade, das prisões, da tortura, do exílio e, em especial, vivenciaram o autoritarismo e o sexismo tanto das organizações da esquerda na qual militavam quanto da direita através dos mecanismos repressivos do Estado. Apesar da posição crítica em relação ao sexismo das organizações de esquerda, as feministas brasileiras mantiveram seus vínculos ideológicos e seu compromisso com uma mudança radical das relações sociais de produção. (STERNBACH et al., 1994, p. 74 apud COSTA, 2010, p. 177, aspas da autora).

A autora Marcarini (2017) dialoga com esse contexto ao descrever a auto-organização como necessária na luta pela autonomia das mulheres, que enfrentam a invisibilização que, historicamente, se coloca à frente da participação dessas nos espaços políticos.

Pode-se pensar no fortalecimento de uma fala e escuta atentas. [...] Uma das facetas é a desvalorização da contribuição política das mulheres nos nossos espaços de militância, seja movimento social, partidos políticos, etc. [...] Nos espaços de auto-organização, vozes que nunca são escutadas

passam a se pronunciar. [...] é espaço de liberdade de expressão das mulheres. A auto-organização mostra-se importante para a compreensão [...] dessa realidade machista que desvaloriza ou desqualifica suas opiniões e visões políticas. [...] As mulheres não são educadas para os espaços políticos, por isso, possuem dificuldades de expressão em público, mesmo nas organizações das comunidades, nos movimentos sociais mistos, organizações, sindicatos. [...] Nesses espaços (auto-organizados), que debatem também as especificidades do que é ser mulher na sociedade, é possível identificar momentos catárticos, ou seja, as mulheres dividem suas angústias, indignações, inquietações e narrativas de violências. (MARCARINI, 2017, p. 61- 62).

Marcarini (2017) defende que as mulheres são sujeitas políticas por meio do feminismo, reforçando o papel central da auto-organização no fortalecimento de sua luta política. Nesse sentido, é importante a compreensão de Kergoat (2014) sobre o conceito de sujeito político, articulando o indivíduo e o coletivo através da interdependência. Esse sujeito político precisa ser visto numa demarcação de tempo e espaço, pois sua variação configura diferentes relações de dominação e exploração que subordinam grupos, dos quais emerge o sujeito político.

[...] a única postura possível é a pesquisa dos espaços-tempos reais onde um sujeito político emerge por meio de um grupo concreto. [...] Trata-se enfim de um sujeito político que de fato ponha em ação a dialética entre indivíduo e coletivo. (KERGOAT, 2014, p. 19-20).

Ainda segundo Danièle Kergoat (2014), as mulheres emergem como sujeitas políticas de sua própria história quando propõem um modelo alternativo ao poder patriarcal, capitalista e liberal. Propõem, dessa forma, um poder coletivo desvinculado da dominação. Essa concepção alternativa do poder é um enfrentamento à colonização da consciência, que impõe uma relação necessária entre poder e dominação, quando, para o feminismo, é justamente o contrário disso: o poder tem sua eficiência na ação das mulheres na busca da liberdade e da emancipação.

Faria et al. (2018) se aproximam de Kergoat (2014) ao apontar o sujeito político coletivo do feminismo como atuante no questionamento das relações de dominação e apontam a auto-organização como uma estratégia central para construir esse sujeito político da luta social feminista.

No processo de luta social, as mulheres ampliam sua consciência e capacidade de romper com os padrões e dinâmicas de opressão que marcam a vida de cada uma e de todas. Sabemos que uma nova sociedade não irá florescer apenas nos livros ou de teorias, mas sim a partir das práticas coletivas e do enfrentamento às condições encontradas pelo caminho. (FARIA et al., 2018, p. 30).

Os espaços construídos por mulheres e para mulheres são fundamentais para organizar a luta feminista em busca da transformação da vida das mulheres. Nobre, Moreno e Saori (2015) aprofundam o entendimento da auto-organização feminista, reforçando a construção coletiva enquanto constituinte do sujeito político, e afirmando esses espaços enquanto definidores das prioridades e das reivindicações do movimento feminista. “Assim, é nos espaços auto-organizados que são construídas as agendas políticas das mulheres, bem como suas estratégias e formas de ação.” (NOBRE; MORENO; SAORI, 2015, p. 7).

Saffioti (2004) converge com as demais autoras citadas ao trabalhar a auto-organização como forma de enfrentamento à dominação patriarcal, pois, uma vez que as mulheres estão inseridas na categoria explorada, conhecem minuciosamente a engrenagem do sistema que as oprime. Portanto, têm o dever de protagonizar a luta pela sua emancipação.

Assim como há uma interdependência entre o individual e o coletivo na construção das sujeitas políticas, a emancipação também deve ser trabalhada como uma via de mão dupla. Kergoat (2014) afirma que a emancipação individual é condição para a coletiva ao mesmo tempo em que é o coletivo que fornece as condições para que a liberdade individual seja possível.

Questionar as estruturas de dominação do sistema capitalista através do feminismo é fundamental para construir a emancipação e alcançar a autonomia das mulheres. Por isso, não se pode deixar de lado a divisão sexual do trabalho, que forneceu as bases para uma economia hegemônica que dicotomiza a produção e a reprodução, invisibilizando o trabalho das mulheres e restringindo-as ao mundo privado. Nesse sentido, Faria et al. (2018) afirmam que o feminismo antissistêmico trouxe um questionamento global das relações de dominação, apontando como a exploração do trabalho das mulheres é estruturante da economia capitalista.

Junto com o questionamento da divisão sexual do trabalho, forneceu as bases para o questionamento de vários paradigmas e para a proposição da necessidade de romper com as falsas dicotomias e o pensamento binário que divide o mundo entre pessoal e político, entre razão e emoção, entre produção e reprodução. A crítica profunda ao modelo hegemônico criou condições para olhar para a diversidade de experiências e aprender das culturas de resistência, bem como para recuperar experiências silenciadas. (FARIA et al., 2018, p. 28).

Nobre, Moreno e Saori (2015) destacam que a divisão sexual do trabalho, que divide o mundo entre público e privado, empurra as mulheres para a reprodução e o

cuidado da vida no espaço doméstico e faz com que, muitas vezes, as mulheres não tenham condições de participar da política. Como as mulheres, por muito tempo, estiveram restritas ao espaço privado, não era possível se criar uma consciência coletiva das situações de opressão que ocorriam dentro do próprio ambiente doméstico, já que os espaços de discussão política estavam sempre impossibilitando a participação das mulheres em seu meio e a socialização de suas experiências enquanto oprimidas. No período da ditadura militar, o feminismo desenvolveu uma consciência coletiva que permitiu relacionar os casos de opressão não como isolados, mas sim como reprodução de um sistema patriarcal.

A construção dos grupos de auto-consciência no movimento feminista dos anos 1960 e 1970 revelou essa dimensão e se construiu como uma ferramenta para a politização do patriarcado e da dominação sobre nossos corpos. A grande descoberta para as mulheres foi que o que se passa comigo não é apenas um problema meu, é de todas as mulheres, e é definido por uma construção social. Essa prática foi fundamental nos processos de construção de consciência feminista e de compreensão sobre como funciona o patriarcado. [...] Portanto, a luta pela autonomia das mulheres envolve um processo permanente de ampliação da consciência feminista de desalienação do nosso corpo, vida e trabalho. (FARIA et al., 2018, p. 28).

Os jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, surgidos, respectivamente, em 1976 e 1975, foram cruciais para contestar a forma de se fazer política restrita à esfera pública, pois apontavam para o fato de que a dicotomia público-privado invisibiliza o caráter político das situações de violência que ocorrem no espaço doméstico. Nesse sentido, a imprensa alternativa feminista passou a ser utilizada como ferramenta, também, para tirar essas situações da invisibilidade, tornando-as públicas, e buscando alcançar as mulheres brasileiras, sobretudo as mulheres da periferia e da classe trabalhadora, de modo que pudessem, através dos jornais, tornar-se conscientes das estruturas que as condicionavam à categoria de oprimidas e buscarem sua autonomia.

O novo feminismo, articulado em torno da bandeira “o pessoal é político”, trazia em si um profundo questionamento dos parâmetros conceituais do político, rompendo assim com os próprios limites do conceito, até então identificado pela teoria política com o âmbito da esfera pública e das relações sociais que aí acontecem. (COSTA, 2010, p. 175, aspas da autora).

Ao reivindicarem a bandeira do “pessoal é político”, ou seja, as situações de violência vividas pelas mulheres no ambiente doméstico não são questões individuais, mas, sim, que fazem parte de um contexto sistêmico de opressão, as

mulheres ressignificaram a política, fundando novas práticas a partir de ações políticas coletivas para enfrentar o que, até então, era definido como um problema pessoal, fomentando, assim, a auto-organização feminista para a construção de sujeitas políticas conscientes e capazes de transformar as relações de dominação vivenciadas em seu cotidiano.

Ao trazer essas novas questões para o âmbito público, o feminismo traz também a necessidade de criar novas condutas, novas práticas e conceitos, novas dinâmicas. Esse foi seu caráter subversivo e que o qualifica como verdadeiramente “revolucionário”. É um movimento social que não apenas renasce, mas também cria estratégias de luta – sua práxis política – a partir da troca de experiência e vivência das mulheres, e de sua reflexão coletiva. (COSTA, 2010, p. 177, aspas da autora).

Marcarini (2017) também fornece importantes contribuições para a compreensão da atuação feminista na política, em que a auto-organização ocupa um lugar fundamental na luta pela superação do patriarcado, definido por Saffioti (2004) como um regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens, que atravessa a sociedade como um todo.

O protagonismo das mulheres apresenta-se como espaço de avanços das lutas políticas das mulheres, pois promove resistência às violências naturalizadas socialmente e que sofrem no cotidiano. [...] Outro aspecto, é que a auto-organização aparece como lugar de solidariedade. [...] dá novo significado ao fazer da política. (MARCARINI, 2017, p. 58-59).

A auto-organização feminista é, por si só, um enfrentamento ao sistema patriarcal, já que, conforme Marcarini (2017), as instituições sociais não costumam exercitar a compreensão das mulheres sobre como o patriarcado atua em suas vidas, violentando-as e explorando-as, mas, pelo contrário, muitas vezes são responsáveis por perpetuar e reproduzir as amarras do machismo.

A partir da auto-organização [...] questionam [...] compartilham narrativas sobre o machismo em suas vidas, fortalecem sua ação política e o entendimento das repercussões do patriarcado em suas vidas. As situações que vivenciam, por serem mulheres, as aproximam. A construção de uma sujeita política coletiva também ocorre com a compreensão de que as violências, desigualdades, incômodos e constrangimentos que vivenciam, não são individuais, não ocorrem apenas em suas famílias, em suas casas, relacionamentos, mas são parte de um sistema que as oprime por serem mulheres. (MARCARINI, 2017, p. 61).

Na prática dos jornais, a auto-organização é o traço mais marcante para, além dos assuntos abordados, enxergar os impressos como feministas. As mulheres que os vivenciaram, por sua vez, também adotavam práticas feministas, como, por exemplo, ao contribuir e ajudar, com um conjunto de mulheres e outros grupos

feministas, na construção de encontros auto-organizados. Além disso, uma forte característica do feminismo antissistêmico do *Nós Mulheres* e do *Brasil Mulher*, era o objetivo de fazer com que o maior número de mulheres possível se auto-organizassem, sobretudo nos bairros e na periferia, tendo os periódicos como instrumento para subsidiar as discussões promovidas nas associações de donas de casa, nos clubes de mães, etc. E, assim, a partir da consciência do significado de patriarcado, adquirida por meio da auto-organização, essas mulheres passaram a praticar um exercício constante de busca pela autonomia.

Pardina (1985), ao aplicar o conceito de autonomia sob a perspectiva de gênero, desenvolve a noção de autonomia da voz, verificada na prática jornalística feminista dos periódicos *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher* em que a voz impressa era instrumento para que as mulheres fizessem ecoar a vontade de se levantar contra as opressões.

Ao abordar a autonomia, é importante a compreensão de como se desenvolve esse conceito e de como a luta feminista dele se apropriou em suas reivindicações. Gamba (2009) discorre sobre o percurso histórico e político do conceito de autonomia, argumentando que, quando é desenvolvido, expressa um sentido vinculado às lutas burguesas por emancipação, sem pautar qualquer enfrentamento ao sistema patriarcal, mas, pelo contrário, sustentando-se nele. É através do movimento feminista que as mulheres se apropriam do conceito como forma de lutar por sua autodeterminação.

Inicialmente, a autonomia se torna um conceito central para a cultura política da modernidade e, mais especificamente, do liberalismo. Nesse contexto, o sujeito autônomo é prestigiado dentro do sistema de valores liberais, em que a autodeterminação, a autossuficiência e a autogestão pela razão são critérios fundamentais para ser considerado um titular de direitos individuais e políticos, que reafirma sua autonomia ao seguir as regras de cujas prescrições participou. No entanto, a autora demarca que esse conceito de sujeito autônomo não se referia a todos os humanos mas, sim, aos homens, em específico aos inseridos na burguesia. O conceito de autonomia, em suas circunstâncias originais, não contempla as mulheres, que foram condicionadas a uma experiência completamente antagônica: o sistema de sexo/gênero coloca as mulheres como seres emotivos e passionais, afirmando que a racionalidade é característica masculina. Logo, as mulheres não são vistas como autossuficientes, autodeterminadas e capazes de se autogerir, mas

sim como dependentes de direcionamento pela razão do homem. Sob essa lógica patriarcal, foi dificultada a participação das mulheres nos espaços políticos onde se prescrevem as leis, resultando num processo de heteronomia, o oposto do conceito de autonomia, em que as leis da sociedade são impostas às mulheres pelos homens.

Gamba (2009) afirma que o movimento feminista insere a autonomia como uma de suas primeiras reivindicações. No entanto, a autonomia é trabalhada pelo feminismo de uma forma distinta da do liberalismo. Na perspectiva feminista, a autonomia não é, em si, um ponto de partida para ser titular de direitos, como no liberalismo, mas sim o ponto de partida necessário para desenvolver um discurso próprio das mulheres como alternativa para desarticular o discurso masculino da feminilidade, enfatizando as relações de opressão e violência vivenciadas por elas numa sociedade estruturada pelo patriarcado.

Para o movimento feminista, a autonomia das mulheres foi uma das primeiras reivindicações, e possibilitou atuar tomando em conta os próprios valores e interesses e definir a realidade a partir de si mesmas, questionando os contextos de opressão que desvalorizam os grupos oprimidos. Supõe analisar, revalorizar, reivindicar as próprias experiências, dispensando os valores masculinos como ponto de referência, para poder se autodefinir e nomear. (GAMBA, 2009, p. 33).

Atravessando as lutas políticas da modernidade, Gamba (2009) afirma que a autonomia é um dos conceitos fundamentais da teoria política atual, sendo possível que o conceito seja aplicado perante novas situações, uma vez que as práticas que desenvolveu têm diversas dimensões que podem ser analisadas a partir do contexto social em que estão inseridas. Nos jornais feministas pesquisados, a luta das mulheres por autonomia é situada num contexto de resistência a um regime ditatorial, de luta pela democracia e de uma prática feminista auto-organizada que contestava as relações de dominação que se impunham sobre as mulheres, fazendo importantes recortes de classe.

Aprofundando uma discussão sobre o uso e a contextualização de conceitos, considera-se importante justificar o uso da flexão de gênero no conceito de sujeitas políticas como uma forma de visibilizar as mulheres, dispensando um falso gênero neutro, que, na verdade, utiliza os homens como referência.

Marcarini (2017), ao desenvolver o tema e a *importância do cuidado com o uso do feminino*, ressalta que o objetivo principal é reafirmar as mulheres como protagonistas em seu momento histórico e ativas no combate às violências e

opressões em diferentes contextos sociais. Ao utilizar “sujeitas políticas”, a autora busca resgatar a “[...] presença das mulheres em todos os espaços, em suas capacidades humanas, intelectuais, em seu protagonismo político em todos os tempos históricos”. (MARCARINI, 2017, p. 36).

Ainda de acordo com a autora, numa sociedade configurada pela relação de dominação das mulheres pelos homens, a linguagem que usa o masculino como referência não pode ser considerada neutra. Quando o masculino é usado para se referir ao conjunto de seres humanos através da palavra “homem” ou quando o masculino predomina sobre o feminino, ainda que as mulheres sejam maioria em um espaço, a relação de poder que invisibiliza uma expressiva parte da sociedade, constituída por mulheres, é reforçada. Refletir sobre essa linguagem sexista usada tanto no conhecimento científico como no cotidiano, rejeitando-a, é crucial para afirmar e perceber as mulheres como sujeitas de sua própria história, capazes de transformar a sociedade. A respeito da utilização do feminino na linguagem, Marcarini (2017, p. 37) afirma que “[...] a linguagem utilizada e a reflexão sobre seu uso são tarefas importantes nos processos de construção de novas realidades”.

Também segundo Marcarini (2017) é importante ressaltar que a ciência, ao reproduzir linguagem sexista, perpetua a invisibilização das mulheres. Neste trabalho, demarca-se a todo momento o protagonismo das mulheres que construíram os jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher* por meio de conceitos reivindicados no movimento feminista, da linguagem e do resgate de suas memórias a partir de fontes orais. Dessa forma, o trabalho se insere nas disputas do conhecimento científico acerca da centralidade das sujeitas e sujeitos na compreensão do processo histórico, que são aprofundadas no capítulo seguinte.

5 UM DIÁLOGO ENTRE CAMPOS DE PESQUISA: A HISTÓRIA, O JORNALISMO E A COMUNICAÇÃO

Abordam-se três campos do conhecimento, neste capítulo, entrelaçando-os: o jornalismo, a história e a comunicação. Para isso, os/as autores/as Romancini (2005), Immacolata (2006) e Barbosa e Ribeiro (2011) são acionados/as.

Romancini (2005) reflete sobre as possíveis contribuições da história para a pesquisa em jornalismo, estabelecendo, assim, que primeiramente deve-se saber quais “[...] as diferentes instâncias que contextualizam essa relação” (2005, p.1), uma vez que os jornalistas pesquisadores devem, necessariamente, compreender que os métodos utilizados pelos historiadores envolvem pressupostos epistemológicos. Por consequência, conhecer os posicionamentos referentes aos métodos dentro do campo da história é fundamental.

O autor também demarca uma divisão entre jornalismo como *prática social* e jornalismo como campo de estudos, uma vez que se entende que o jornalismo envolve o mercado (produção, circulação e recepção) de notícias como prática social “[...] e o “Jornalismo” como um campo de estudos que, no contexto das ciências humanas e sociais, procura elaborar conhecimento científico sobre o mencionado campo das práticas”. (ROMANCINI, 2005, p. 1-2, aspas do autor).

Ao tratar o jornalismo como campo de prática social e como campo de estudos, Romancini (2015) recorre à noção de campo social desenvolvida por Bourdieu, considerando as relações que ocorrem entre ambos e destacando as especificidades das regras de cada campo.

É útil aqui pensar na nomenclatura teórica proposta por Bourdieu, relativa aos campos sociais, cada qual com regras de funcionamento e legitimidade, embora se reconheçam as inter-relações entre os mesmos. Em resumo, existe um campo de práticas do jornalismo e um campo científico-acadêmico voltado ao estudo do mesmo. (ROMANCINI, 2005, p. 2).

Romancini (2005) destaca que já existe um *corpus* de história do jornalismo e que esse é central na relação entre as áreas. Um se torna fonte para o outro e vice-versa, evidenciando a interação entre os campos. Não diferentemente, o campo das práticas sociais também interage com a história, os historiadores utilizam jornais em suas pesquisas e os jornalistas, por vezes, acabam ao mesmo tempo produzindo a *história imediata*.

Essa é uma problemática que mostra tanto semelhanças quanto diferenças entre a elaboração narrativa do campo profissional do jornalismo e a da História como disciplina científica. A pesquisa em Jornalismo é, no nosso entender, por vezes prejudicada por utilizar com baixa crítica uma noção histórica diretamente focada na narrativa jornalística como “visão histórica”, ou seja, uma perspectiva derivada do campo profissional. (ROMANCINI, 2005, p. 2).

O autor contribui, também, ao explicar a forma como se constituíram a disciplina historiográfica moderna e seus métodos. O paradigma *rankeano*, derivado do nome do historiador Leopold von Ranke, marca o início da constituição do período moderno da historiografia. A aproximação do positivismo *comteano*, que afirma a ideia do conhecimento científico como o único conhecimento verdadeiro, “[...] promove uma ‘cientificização’ da História – correlacionada a uma profissionalização e institucionalização da disciplina”. (ROMANCINI, 2005, p. 3). O paradigma *rankeano* estabelece que a história diz respeito à política, sendo nada mais do que a narrativa dos acontecimentos registrados em documentos oficiais produzidos pelos governos e/ou por homens públicos.

Assim, a documentação escrita produzida pelos governos passa a ser a fonte privilegiada, a partir da crença de que esse material garantiria maior cientificidade ao estudo, devido a sua suposta autenticidade e confiabilidade. Em termos gerais de metodologia, os arquivos oficiais, estudados sistematicamente, dão suporte à constituição de uma narrativa que privilegia uma visão “de cima” – em função do caráter de documentação tida como “científica”. Além disso, toma como referência as nações europeias na constituição de uma perspectiva histórica oficial que se orienta pela ideia de um progresso linear. Para Romancini (2005, p. 3):

Os feitos dos grandes personagens (reis, generais, estadistas) ensejam o desenvolvimento de histórias políticas, que demarcam nacionalidades. O tratamento linear da história, cuja articulação se dá a partir do estabelecimento de cronologias, ancoragem no tempo e narração de eventos tidos como significativos (a partir das fontes mencionadas) é caracterizado ainda por noções como as de progresso e de desenvolvimento da história rumo a um fim. A acumulação e descrição dos dados superam o viés analítico, dada a crença que a documentação abordada revele a essência do fato histórico. Por outro lado, a ausência de um viés teórico, não implica supostos (não problematizados) e conclusões, mesmo que subjacentes à descrição feita.

O paradigma *rankeano*, ou *história tradicional*, como o autor se refere, começou a ser questionado somente no século XX, partindo de pontos importantes como a “[...] tentativa de superar o nível da descrição dos acontecimentos para alcançar uma análise das estruturas.” (ROMANCINI, 2005, p. 3) que, assim, desse

conta de compreender os recursos que regem as modificações históricas, resultando no “[...] alargamento do horizonte de estudo”. (2005, p. 3). A partir desse momento, somaram-se à documentação oficial os documentos que antes não eram considerados na descrição dos fatos históricos e iniciou-se uma busca teórica no sentido de ultrapassar a compreensão desses como exclusivos e rígidos para que fosse possível atingir perspectivas mais amplas e, ao mesmo tempo, mais aprofundadas. “Por meio dessa operação, as estruturas são apreendidas a partir de uma rede conceitual que as articula, e vistas como mais relevantes que os eventos.” (ROMANCINI, 2005, p. 3). No sentido das “interpretações mais gerais”, duas escolas trabalharam dialogando com outras áreas, tanto a historiografia marxista quanto a primeira geração da Escola dos *Annales* impulsionaram a compreensão da história aderindo conceitos e métodos utilizados em áreas como economia, geografia, sociologia, etc., como, por exemplo, a partir da “[...] utilização de modelos econômicos, os conceitos de “classe social”, “infra e superestrutura” marxistas etc.” (ROMANCINI, 2005, p. 4).

Com o questionamento da *história tradicional*, a ideia que o documento porta uma “verdade” é contestada, sendo essa atitude substituída por outra, mais ativa em termos de crítica e reflexão frente à documentação coletada. Segundo Romancini (2005), a própria manipulação dos dados utiliza novas estratégias, como as análises textuais da documentação com respeito à sua validade, para elaboração da análise, são complementadas pela feitura de quantificações sobre diferentes indicadores: população, alfabetização, mortalidade, preços, entre outros, por vezes elaborados pelos pesquisadores a partir de novas fontes (dados paroquiais, de empresas, grupos, etc.). Há, ainda, por essa via, o uso de estatísticas. Tais estratégias objetivaram a compreensão de conjunturas e – mais importante –, auxiliaram na análise das séries históricas, das mudanças estruturais. É essa historiografia quantificada que recebe o nome de *história serial*. Aqui, o caráter construído do dado histórico ganha relevo, e a interpretação depende de hipóteses claramente explicitadas. Submetidas a uma crítica interna quanto à sua homogeneidade e coerência, os dados embasam séries estatísticas que permitem análises de complexidade variada.

Transformações nos campos da pesquisa histórica começaram a ser registradas a partir dos anos 1980. Ferreira (2002) ressalta que, nesse período, a história cultural foi impulsionada, o estudo político foi retomado e o estudo

contemporâneo passou a compor a história. A autora também destaca que a análise qualitativa e as experiências individuais passaram a ser reconsideradas como importantes, “[...] deslocou-se o interesse das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para situações singulares.” (FERREIRA, 2002, p. 319).

Segundo Ferreira (2002), a linha historiográfica que explora as relações entre memória e história rompeu com uma visão determinista que limitava a liberdade dos homens, colocava em evidência a construção pelos atores de sua própria identidade e reequacionou as relações entre passado e presente ao reconhecer claramente que o passado é construído segundo necessidades do presente. Ainda que baseada nas fontes escritas, possibilita uma maior abertura, capaz de neutralizar, em parte e indiretamente, as tradicionais críticas feitas ao uso das fontes orais, consideradas subjetivas e distorcidas.

A superação da história tradicional se deu, desde o início do século XX, através do paradigma “moderno”. Cardoso (1997) expõe que estaria na concepção dessa corrente a rápida e complexa mutação social para, principalmente, explicar o paradigma “moderno” que superou a história tradicional. E, atualmente, vive-se no mundo moderno e, ao mesmo tempo, no pós-industrial.

Nessa concepção de história há uma impossibilidade do paradigma “moderno” em construir teorias que compreendessem os fenômenos na sua totalidade, o que possibilitou as opções e as soluções do paradigma “pós-moderno”, dando por superada a noção de teoria global por parte do novo paradigma. “A possibilidade de realizar uma macroanálise seria uma ilusão cientificista.” (ROMANCINI, 2005, p. 5). Dessa forma, o paradigma “pós-moderno” objetivaria oferecer diferentes narrativas apoiando-se na literatura e no subjetivo “[...] enfatizando mais a empatia e a elaboração da linguagem do que a questionada objetividade científica e a ideia de produzir sínteses abrangentes”. (ROMANCINI, 2005, p. 5).

Em termos mais amplos do paradigma, tem-se um retorno à narrativa, ao fato (ou acontecimento, evento), às microanálises e é dada grande importância à interpretação das mediações simbólicas que configurariam primordialmente o social, em diferentes contextos históricos.

Em verdade, uma espécie de centralidade dada à categoria “cultura” faz com que ela seja estudada numa grande variedade de enfoques: o

cotidiano, as práticas de consumo e produção cultural, as identidades de grupos minoritários (mulheres, negros, gays) etc. Há, pois, conforme certas áreas uma nítida aproximação com o contemporâneo, ou pelo menos com um tempo histórico mais próximo do historiador. E daí a utilização de técnicas de investigação mais tradicionais nas ciências sociais (o questionário, a entrevista, a análise da documentação de indivíduos, o estudo do conteúdo da literatura e da mídia) e mesmo de outras técnicas que hoje já adquirem estatuto metodológico propriamente histórico, devido à reflexão realizada a respeito das mesmas nesse âmbito, como a história oral, em suas várias dimensões (depoimentos, histórias de vida, construção de biografias individuais e de grupo). (ROMANCINI, 2005, p. 5-6).

Atualmente debate-se a união e possibilidade de diálogo entre os paradigmas, assim como as contribuições que cada um pode oferecer para a epistemologia histórica. De acordo com Romancini (2005), a pós-modernidade oferece proposições e indagações importantes, como a validação do caráter narrativo e discursivo que pode assumir uma história estrutural. Tanto isso quanto a questão da importância de fazer recortes micronarrativos para a dinamização da História – levando a ela o presente e as personalidades dos pesquisadores, além de mostrar um viés crítico em relação aos modelos idealistas já existentes – exigiria aprofundamento reflexivo por parte dos pesquisadores. A viabilidade da combinação entre as narrativas macro e micro também é observada na atualidade.

Além disso, de acordo com Romancini (2005), os trabalhos microanalíticos devem ser reconhecidos pela capacidade de explicar os costumes e as relações sociais, que envolvem o objeto de pesquisa escolhido, tendo a capacidade de fazer um recorte fundamental para a investigação. Sendo assim, “[...] conseguem [...] reconstruir e compreender a trajetória de determinado grupo social, a partir de análises bastante particulares (no limite, de uma única biografia).” (ROMANCINI, 2005, p. 7)

O autor Romancini (2005) resgata brevemente o caminho percorrido pela história enquanto um campo do conhecimento científico, desde a história tradicional dos eventos oficiais, passando pela história do paradigma moderno da macroanálise das estruturas até, finalmente, o paradigma pós-moderno da história das microanálises subjetivas. Desse caminho, busco reafirmar através do meu trabalho a possibilidade colocada por Romancini de combinar as macroanálises e as microanálises, pois abordo aspectos macroanalíticos da sociedade, a exemplo da conjuntura macroeconômica na ditadura militar, da divisão sexual do trabalho e da dominação patriarcal, no entanto, também analiso aspectos subjetivos, sobretudo através das entrevistas com Vera Soares e Rachel Moreno, pois através dessa

combinação entre objetividade e subjetividade é possível produzir um conhecimento científico capaz de colocar as sujeitas políticas numa posição de protagonismo na história.

Na abordagem do campo da comunicação, Immacolata (2006) em *O campo da Comunicação: sua constituição, desafios e dilemas*, resume que dois movimentos principais deram impulso ao campo de estudos em comunicação. O primeiro é um movimento intrínseco à própria ciência referente à concordância e “[...] sobreposição de conteúdos e metodologias [...] O segundo é o movimento de ruptura histórica ocasionado pelo que se convencionou chamar de processo de globalização”. (IMMACOLATA, 2006, p. 16).

Romancini (2005) se serve da obra de Bourdieu no seu entendimento dos campos sociais, mas é através de Immacolata (2006) que a referência a Bourdieu é aprofundada. Para Immacolata (2006), retomando Bourdieu, a ideia de campo está ligada à relações de forças, ou seja, dentro de um campo existe uma divergência entre dominantes e dominados. Para a perpetuação dos dominantes no campo social, é necessário se valer não só da produção (pesquisa), mas também da reprodução (ensino) e da circulação do poder, um exemplo dessa reprodução e circulação no campo da comunicação é a formação da opinião pública através dos meios de comunicação de massa, a exemplo dos jornais. Trazendo esse exemplo para o contexto do trabalho, pode-se compreender o porquê de o regime militar se valer do controle dos meios de comunicação para se perpetuar no poder, sobretudo com a utilização da mídia hegemônica para propagandear os feitos dos militares.

Em proximidade com a noção de *habitus* e da caracterização do agente no campo presente em Bourdieu, a autora afirma necessário compreender os signos a partir de uma dimensão cultural do saber científico que é subjetivo de cada campo. Sendo a sociologia do conhecimento o estudo da produção do conhecimento a partir de um contexto sócio-político, é preciso levar em consideração, também, o contexto sócio-político do pesquisador.

A partir da visão de campo como espaço social, Immacolata (2006), citando Bourdieu, analisa que a tradição teórica conserva os campos e está diretamente ligada às relações de força, ou seja, à divergência entre dominantes e dominados, dentro dos campos. Para os dominantes se perpetuarem não basta, apenas, o sistema da ciência (produção), é preciso, também, monopolizar o sistema de ensino (reprodução). Segundo a autora, os pesquisadores passam a ter autoridade técnica

e científica a partir do surgimento da ciência e dos campos. Busca-se no campo científico o monopólio da autoridade científica que dá posição de poder e reconhecimento. Ou seja, embora as divergências dentro do campo científico sejam apresentadas, muitas vezes, como questões que se referem meramente à epistemologia, essas relações de força revelam a busca por uma posição que é também política.

Correlativamente, os conflitos epistemológicos são, sempre, inseparavelmente, conflitos políticos e, assim, uma pesquisa sobre o poder do campo científico poderia perfeitamente só comportar questões aparentemente epistemológicas. (IMMACOLATA, 2006, p.17).

A autora acrescenta que os agentes dominantes ocupam um lugar no campo (espaço social) diferente dos dominados. Nesse contexto sócio-político, suas práticas refletem as estratégias que se diferenciam a partir do lugar que ocupam no espaço social. Os dominados refletem a prática guiada (estratégia) da subversão e os dominantes refletem a estratégia da conservação ou de sucessão.

Segundo Immacolata (2006) a importância da noção de campo de Bourdieu se dá, pois, primeiramente, estabelece o rompimento da visão de autoridade como algo espontâneo, além de romper, também, a noção de comunidade científica evocando a concorrência e colocando em evidência a existência da disputa pela autoridade e, por consequência, pelo poder político-social; permite tratar o conhecimento como produto de um contexto sócio-político, que é marcado por uma relação de forças entre dominante e dominado.

Immacolata (2006) expõe que Bourdieu percebeu, a partir dos opostos, a estrutura dos campos sociais e a possibilidade de transformações dessas estruturas. E que, justamente, os antagonismos é que formam o campo científico.

“É que o campo provê permanentemente as condições tácitas da discussão que se desenha entre a ortodoxia e a heterodoxia, entre o controle e censura, por um lado, e a invenção e ruptura, por outro.” (IMMACOLATA, 2006, p. 18).

Nesse sentido, Immacolata (2006) vê na obra de Bourdieu uma importante contribuição para a concepção de campo, pois ele apresenta a disputa como parte do campo científico, o que, também, o constitui enquanto campo; as pesquisas são uma das condições necessárias, mas não são o suficiente. Também é necessária a reprodução no ensino e sistemas de circulação e a credibilidade a partir de critérios científicos; para diferenciar, no campo acadêmico, a pesquisa, ou seja, a produção

de conhecimento da reprodução no ensino. Segundo a autora (2006, p. 18), “[...] a ciência acaba sendo definida por Bourdieu como um campo de práticas institucionalizadas de produção (pesquisa), reprodução (ensino) e circulação de capital e poder científicos”. Ou seja, o modelo de ciência oficial é a ordem científica perpetuada pelos dominantes através do poder científico e da criação de estruturas que legitimam e dão credibilidade à ciência oficial, como por exemplo, as revistas científicas, prêmios, etc.

A relação entre o campo da comunicação, trabalhado por Immacolata, e o campo da história é aprofundada por intermédio de Barbosa e Ribeiro (2011), que afirmam existir uma finalidade em compreender a relação entre história e comunicação num entrelugar: “[...] perceber as relações extremamente complexas que governam o olhar que do presente lança reflexões em direção ao passado.” (BARBOSA; RIBEIRO, 2011, p. 9).

Ainda que haja uma espécie de partilhar temporal entre esses dois lugares de produção de saber reflexivo, cabendo à história desvendar a possibilidade de ação envolvendo vidas passadas, e à comunicação refletir, prioritariamente, sobre processos envolvidos nas ações dos homens do presente, há outras especificidades que determinam o lugar de fala de cada um desses campos. (BARBOSA; RIBEIRO, 2011, p.10).

Para Barbosa e Ribeiro (2011), os campos da história e da comunicação ocasionam outras duas reflexões fundamentais. A primeira diz respeito aos atos comunicacionais a que estão submetidos os atores sociais ao vivenciarem ações e processos. Esses atos reafirmam que existe história passada e chegam em forma de rastros e sinais que deixaram marcas sociais e na humanidade mostrando que outros tempos e outras relações foram vividas. “É nesse sentido que afirmamos que história é, em última instância, também uma relação comunicacional.” (BARBOSA; RIBEIRO, 2011, p. 10).

Ao abordar a segunda reflexão, Barbosa e Ribeiro (2011) afirmam que essa diz respeito aos caminhos narrativos que os campos da história e da comunicação sempre percorrem, existindo uma dupla relação entre eles. Não se trata apenas de registros formais e informais, como documentos, textos, etc., considerados como produtos da pesquisa na área de ciência humanas e que “[...] descreve e reflete sobre processos sociais, interpretando atos e ações de um tempo considerado próximo ou distante [...]” (BARBOSA; RIBEIRO, 2011, p. 10).

Aquilo que chamamos fontes, ou podemos considerar como aberturas possibilitando descortinar os nossos objetos, são sempre textos de múltiplas naturezas: textos materiais sob a forma de traços de vida; textos memoráveis sob a forma de falas audíveis ou silenciadas, mas que se referem a um tempo pretérito; textos escritos que procuram desvendar um momento que já foi denominado presente, entre diversas outras possibilidades. (BARBOSA; RIBEIRO, 2011, p. 10).

Barbosa e Ribeiro (2011) defendem que os historiadores passaram a incorporar, especialmente após o século XV, com o surgimento da impressão, outros objetos, como jornais, revistas e periódicos, para comprovar vivências e diversos processos do passado. Os impressos de determinados tempos “[...] são espécies de atestado dos acontecimentos de um tempo e lugar.” (BARBOSA; RIBEIRO, 2011, p.11). Além disso, apontam para o movimento feito nas últimas décadas pelas ciências humanas no sentido de destacar os atores sociais para a compreensão dos processos históricos.

Assim, ao invés do livro, os pesquisadores que se dedicam a analisar esse recorte do mundo comunicacional passaram a se interessar pelas práticas de leitura, pelos sujeitos reais que exercitam sua vida num mundo que passa a ter significado a partir das ações humanas. (BARBOSA; RIBEIRO, 2011, p. 13).

Para Barbosa e Ribeiro (2011), a história que foca nos meios de comunicação tem a peculiaridade de recuperar complexos sistemas de comunicação, assim como a relação dos atores com esses sistemas em suas dimensões culturais, sendo possível compreender como se davam as dinâmicas do poder e estratégia que estavam envolvidas desde a produção à circulação dos textos, destacando sempre a importância dos personagens envolvidos nesse processo.

É possível remontar múltiplos circuitos de comunicação; é possível visualizar como eram lidas e compreendidas aquelas mensagens; é possível igualmente perceber as tramas do poder nas quais os produtores dos textos eram envolvidos. (BARBOSA; RIBEIRO, 2011, p. 25-26).

A partir do diálogo entre os campos do jornalismo, da comunicação e da história, orientado por Romancini (2005), Immacolata (2006), Cardoso (1997) e Barbosa e Ribeiro (2011), destaca-se a importância de dar centralidade aos sujeitos, que agem de acordo com as suas posições dentro do campo na compreensão do processo histórico e da ciência. Atentar tanto para as práticas objetivas quanto para a subjetividade introjetada nos campos é fundamental para uma construção científica que ultrapasse um método científico rígido e combine a análise estrutural com o uso de fontes que permitam uma maior proximidade com as vivências do

sujeito através do resgate da memória, a exemplo das fontes orais, que ocupam um espaço indispensável na construção dessa pesquisa e mobilizam as interações entre os campos.

Através dessas contribuições teóricas, reafirmo a importância de dar destaque às sujeitas que produziram os jornais Nós Mulheres e Brasil Mulheres, pois, através da aproximação com as suas vivências por meio das entrevistas (Capítulo 7), pode-se aproximar também do entendimento acerca das relações de forças que configuravam o jornalismo naquele momento e como as suas práticas na imprensa alternativa feminista eram guiadas pela estratégia de subversão às práticas de conservação dominantes da grande imprensa.

6 HISTÓRIA ORAL: A ENTREVISTA COMO INSTRUMENTO DE COLETA

Pode-se definir entrevista como a técnica em que a investigadora se apresenta frente à investigada e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. “Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.” (GIL, 2008, p. 117).

O autor Gil (2008) considera a técnica da entrevista como eficiente e aponta que é muito utilizada nos estudos e pesquisas sociais, pois, dentre outras razões, “[...] a entrevista possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social e [...] é uma técnica muito eficiente para obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano.” (GIL, 2008, p.118).

Gil (2008) também destaca vantagens de utilizar a técnica da entrevista como, por exemplo, a flexibilidade que a entrevistadora tem, podendo deixar mais nítidas as perguntas às entrevistadas, ambientar-se durante a entrevista e captar a expressão corporal do entrevistado bem como sua tonalidade de voz e ênfase nas respostas.

Segundo o autor, o êxito da entrevista se dá conforme for se estabelecendo a relação entre pesquisador/a e a fonte e ela pode ser classificada como a mais “[...] flexível de todas as técnicas de coletas de dados de que dispõem as ciências sociais” (GIL, 2008, p. 119) por comportar diferentes formatos a partir de seu nível de estruturação.

Para a pesquisa aqui desenvolvida, dois níveis de estruturação podem ser enquadrados, como estabelecido por Gil (2008): entrevista informal, que tem como objetivo ter um panorama geral do problema pesquisado e possibilitar que o pesquisado expresse sua opinião e atitudes em relação ao objeto de pesquisa, bem como os fatos e motivações que constituem seu contexto, e entrevista por pautas que apresenta certo grau de estruturação, já que é guiada por uma relação de pontos de interesse que a entrevistadora vai explorando ao longo de seu curso. As pautas devem ser ordenadas e guardar alguma relação entre si. A entrevistadora faz poucas perguntas diretas e deixa a entrevistada falar livremente à medida que refere às pautas assinaladas. Quando essa se afasta delas, a entrevistadora intervém,

embora de maneira suficientemente sutil, para preservar a espontaneidade do processo (GIL, 2008).

Além da entrevista, como técnica de coleta de dados, utilizou-se a metodologia da história oral como referencial de construção do percurso de pesquisa empírica. Ferreira (2002, p. 320), ao discorrer sobre a história oral, coloca a memória em destaque e relaciona a repetição à rememoração:

O aprofundamento das discussões sobre a relação entre passado e presente na história, e o rompimento com a ideia que identificava objeto histórico e passado, definido como algo totalmente morto e incapaz de ser reinterpretado em função do presente. [...] Por sua vez, a expansão dos debates sobre memória e suas relações com a história veio oferecer chaves para uma nova inteligibilidade do passado.

Para a autora é possível ressaltar que existe uma diferença entre o relato histórico e o discurso da memória e das recordações. Segundo Ferreira (2002, p. 321), “[...] a história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado”. Ainda, segundo ela, a memória também é uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente.

Ferreira (2002) expõe ainda que o surgimento da chamada história oral contribuiu, a partir de transcrições de áudios gravados de entrevistas, para completar falhas de registros históricos antigos, o que tomou força, especialmente nos Estados Unidos, no final dos anos 1960 e ao longo dos anos 70, tendo como protagonistas e responsáveis pela consolidação da história oral as mulheres, negros, imigrantes, etc. As chamadas minorias encontraram na história oral uma forma de dar visibilidade para a luta por seus direitos, dando, assim, voz aos excluídos:

Ao esquadrihar os usos políticos do passado recente ou ao propor o estudo das visões de mundo de determinados grupos sociais na construção de respostas para os problemas, essas novas linhas de pesquisa também possibilitam que as entrevistas orais sejam vistas como memórias que espalham determinadas representações. Assim, as possíveis distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a elas imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa (FERREIRA, 2002, p. 324).

A história oral, como um método de pesquisa que produz uma fonte especial, tem se revelado um instrumento importante no sentido de possibilitar uma melhor compreensão da construção das estratégias de ação e das representações de grupos ou indivíduos que se quer resgatar e dar visibilidade.

6.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Como demarcado ao longo do trabalho, sobretudo no Capítulo 4 e no capítulo 5, esta pesquisa busca dar centralidade às sujeitas políticas que protagonizaram a suas histórias de vida a partir da história dos jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, pertencentes à um tempo e espaço. Orientada pelo entendimento de Ferreira acerca da importância das fontes orais, abordado na parte inicial deste capítulo, resgato, por meio da entrevista, a memória que permite compreender as práticas na imprensa alternativa feminista a partir de quem a construiu e vivenciou.

Essa inspiração remonta aos conceitos de sujeita política e auto-organização, que foram destrinchados no capítulo 4, a partir das reflexões de autoras como Nalu Faria, Renata Moreno, Camila Marcarini, Miriam Nobre, entre outras. Esses conceitos, além de serem verificados nas práticas feministas das entrevistadas, como se pode ver melhor nas entrevistas a seguir, marcam também a minha formação política enquanto mulher feminista.

Muitos dos textos citados no capítulo 4 são elaborações teóricas que não necessariamente partem da academia, mas principalmente do feminismo ligado aos movimentos sociais. Nesse sentido, uma das principais referências para este trabalho foi a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), organização feminista que construiu juntamente à algumas autoras abordadas no texto, a exemplo de Nalu Faria, e Sempre Viva Organização Feminista (SOF).

O percurso metodológico para realizar as entrevistas envolveu uma pesquisa bibliográfica e online para desvendar quem foram as mulheres que construíram os Jornais, o que fazem atualmente, qual a profissão de cada uma, e, entre outras curiosidades, entender se seria possível entrevista-las. Iniciei com a perspectiva de entrevistar oito mulheres, quatro do Jornal *Brasil Mulher* e quatro do Jornal *Nós Mulheres*. Através da pesquisa online, consegui localizar onde moram quatro mulheres: Amelinha Teles (BM) e Rosalina Santa Cruz (BM) escritoras do livro que também utilizo na presente pesquisa, “Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós luta armada no Brasil (1975-1980)”, Vera Soares (BM) e Rachel Moreno (NM). Porém, através da pesquisa online não consegui obter

nenhum contato, como e-mail, telefone, etc., mas descobri que moram em São Paulo. Posteriormente, entrei em contato com as companheiras da MMM e SOF de São Paulo, Nalu Faria e Tatau Godinho para saber se seria possível me ajudarem a conseguir esses contatos. Nalu e Tatau constroem o movimento de mulheres em São Paulo e, portanto, dividem a organização com as mulheres que pretendia entrevistar, prontamente me passaram os contatos. Como eu tinha o contato de apenas uma mulher que construiu o Jornal Nós Mulheres, Rachel Moreno, decidi reduzir o número de entrevistadas, conversando com uma mulher construtora de cada Jornal, Vera Soares, do Jornal Brasil Mulher, me retornou rapidamente e com disponibilidade. Inicialmente, as entrevistas seriam realizadas pessoalmente, caso eu conseguisse ir para São Paulo, como não foi possível financeiramente, realizamos via Skype. Por fim, as entrevistas tiveram duração, em média, duas horas cada e foram transcritas e utilizadas nesta pesquisa, capítulo 7, *ipsis literis*.

7. ENTREVISTAS: RACHEL MORENO E VERA SOARES: OLHARES DA PRÁTICA DOS IMPRESSOS FEMINISTAS

O objetivo geral desta entrevista é resgatar a história do surgimento de dois jornais feministas a partir do olhar de Rachel Moreno, jornal *Nós Mulheres*, e Vera Soares, jornal *Brasil Mulher*, que os construíram, vivenciaram e são sujeitas políticas daquele tempo e história. Retomando Ferreira (2002), a veracidade das histórias não está colocada em questão. Optou-se, então, por usar a história oral como um recurso para costurar as relações entre memória e história.

É importante assinalar, antes de iniciar o relato das entrevistas propriamente dito, que as subjetividades e as deformações do depoimento oral não são vistas como elementos negativos para a coleta dos depoimentos. Consequentemente, a elaboração dos roteiros e a realização das entrevistas não estão essencialmente voltadas para a checagem das informações e para a apresentação de elementos que possam se constituir em contraprova, de maneira a confirmar ou contestar os depoimentos obtidos. Vale ressaltar que as entrevistas duraram, em média, duas horas, foram transcritas *ipsis literis*, além de terem sido tomadas como base as orientações de Ferreira (2002), que considera que as distorções da memória podem se revelar mais um recurso do que um problema, já que a veracidade dos depoimentos não é preocupação central desta pesquisa.

7.1 BREVE BIOGRAFIA DAS ENTREVISTADAS

Rachel Moreno, 73 anos, feminista, é imigrante do Egito. Chegou, aos 12 anos, no Brasil com a família, especificamente em São Paulo, fugindo da Guerra do Canal de Suez (1957). Estudou na Escola Estadual Fernão Dias Pais, de 1962 a 1964, onde concluiu o colegial e para ajudar no sustento dentro de casa começou a trabalhar como secretária. Neste mesmo período estudava escondida à noite para passar no vestibular. Em 1968-69 entrou na faculdade de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP) onde, em 1974, iniciou a construção e participação no movimento por creches, estabeleceu o contato com os clubes de mães da periferia, passou a entrevistar as mulheres dos operários e reivindicou-se feminista. No ano seguinte, começam as primeiras reuniões para colocar em prática o projeto do Jornal *Nós Mulheres*, que se efetiva em 1976. Funda o SOS Mulher em

1980. A partir de 2006, a psicóloga, pesquisadora, especialista em sexualidade e meio ambiente passa a militar pela democratização da mídia e organizou o seminário nacional “O controle social da Imagem da Mulher na mídia”. Atualmente, constrói a Rede Mulher e Mídia e tem dois livros lançados sobre o assunto: *A beleza impossível: mulher, mídia e consumo* (2008) e *A imagem da mulher na mídia: controle social comparado* (2011).

Vera Soares, 70 anos, feminista, nasceu em São Paulo. Na época do ginásio participou da Juventude Estudantil Católica (JEC), onde teve um primeiro contato com a militância social, e posteriormente optou pelo colégio técnico, onde formou-se em Química Industrial. Na Universidade de São Paulo (USP) cursou, formou-se em Física e foi aonde iniciou e consolidou a sua militância e ação política no movimento estudantil, se organizando na Ação Popular (AP). Em 1977 passa a compor e construir o Jornal Brasil Mulher, onde encontra um espaço de formação política, junto à mulheres de outras organizações, até o fechamento do jornal, em 1980, após a organização do III Congresso da Mulher Paulista. Desde o primeiro ano de faculdade dava aulas no ensino médio, até iniciar a pós graduação e, por fim, o mestrado em ensino de física e ser contratada pela USP. Primeiramente, como professora universitária e, posteriormente, como funcionária até 2011 quando vai trabalhar no governo Dilma Rousseff, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e em 2012 na Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR). Também é pós graduada em Economia Social do Trabalho pela Universidade de Campinas e especialista em Economia Solidária.

7.2.1 Mulher, matéria censurada

No Bloco I, *Mulher, Matéria Censurada*, o objetivo foi focar nos Jornais. Neste bloco, Rachel Moreno, do jornal *Nós Mulheres*, e Vera Soares, do jornal *Brasil Mulher*, contaram quando e de que forma surgiram os jornais; o contexto da época e o porquê da criação de veículos feministas; quais eram seus temas e a dificuldade em trabalhá-los na época. A entrevista buscou, também, desvendar questões práticas dos jornais que contribuíram para o feminismo de forma subversiva e revolucionária para a época; entender a abordagem das subjetividades das

mulheres, tendo os jornais como ferramenta para a troca de experiências e vivências a partir da auto-organização feminista; e possibilitar o relato sobre a prática de produzir os jornais entre mulheres que proporcionaram autonomia da voz para aquelas que contavam suas histórias ou apenas liam os veículos.

Rachel Moreno:

O Jornal Nós Mulheres surge em 1975, um jornal feminista...

[...] em 1975, a ONU declarou que seria o ano internacional da mulher e uma amiga minha, colega minha da psicologia da USP, voltou para o Rio e entrou em contato comigo perguntando: “Olha o que você acha? A gente discute a questão do trabalho doméstico?” Aí eu falei: “Claro que discute!”. Pouco habitual, enfim. Aí aconteceu o encontro no Rio e lá a gente viu que foi muito rico, todas as exposições, todas as mesas. E, que não podíamos ficar com essas informações só para nós. E lá nasceu a ideia de fazermos um jornal. Porque por mais que a gente tenha certo espaço na mídia alternativa ou não, não é o suficiente para aquilo que a gente quer dizer. Voltando para São Paulo, acabei juntando algumas jornalistas. A gente foi conversando e coloquei na mesa o que tinha de material e elas colocaram o que a gente podia, eventualmente, discutir ou fazer matéria nova. De repente, quando estava quase pronto, surgiu o Brasil Mulher. Aí, a gente ficou: “Pô, meu! Não tinha jornal feminista nenhum. Vai ter dois? Que coisa maluca!” [...] e no primeiro editorial tinha: “Este é um jornal feminista.” Bom, o fato é que muitas das jornalistas, se não quase todas que estavam no grupo, acabaram indo para o que tinha de mais concreto, se mudando para o Brasil Mulher. E, como era a época da anistia, de alguma maneira, tinha gente voltando da Europa, da França especificamente, refugiadas políticas, e lá faziam parte de um grupo político que tinha planejado fazer um jornal feminista aqui. Chegaram aqui e encontraram o Nós Mulheres e entraram. A minha saída foi difícil para mim, foi: “Rachel, porque você não sai?” E eu: “Isso é o meu filho quase”. “Não! Porque nós queremos...”. E eu: “Está bom! Eu saio!”. Fui para casa, fui chorando e acabei caindo fora simplesmente porque tinha uma unanimidade do pessoal da redação em relação a isso. Então, eu não sei. E depois eu vi a versão publicada dizendo que o jornal nasceu com a determinação delas na França de fazer um jornal feminista. Ou seja, omitiram, na minha opinião, ou

acabaram omitindo o começo do jornal, toda a história. E acabou sendo a versão do que elas queriam, do que elas tinham combinado fazer lá fora. Então, eu não sei qual das duas coisas.

O primeiro número foi patrocinado por Elis Regina...

E aí, a gente começou a discutir o primeiro número. Uma das participantes do grupo era conhecida da Elis Regina, eu fui lá na casa dela e a Elis topou patrocinar. O segundo foi a Ruth Escobar, e o terceiro a gente foi, enfim, bancando e recolhendo pelo preço que a gente conseguia vender o jornal.

Entrevistei o Lula, conversei com mulheres da periferia, mulheres operárias...

[...] tinha uma matéria que chamava: “Eu também quero uma dona de casa”, e o pessoal falava: “Mas que loucura essa matéria!”, “Aonde já se viu, coisa mais absurda!”. E nós discutimos e acabamos publicando. A reação das mulheres da periferia foi sensacional: “Pô, que legal! Nós nos sentimos representadas!”, “Que coisa ótima!”. Bom, a gente tinha contato já desse movimento de luta por creche e desde o encontro no Rio com mulheres também da periferia, com a associação das mulheres donas de casa e do clube de mães. Então a gente levava o jornal, vendia e, eventualmente, fazia uma discussão sobre um assunto ou outro e tinha um feedback. Legal esse troca-troca que a gente fazia. Aí, no terceiro número, rolou um bode comigo. Porque eu entrevistei o Lula. E o Lula me pediu, porque era diretor sindical, na época: “Nós temos muitas mulheres entrando na categoria mas elas não vêm no sindicato. Você não quer nos ajudar a entender o porquê?” Beleza! Fui e visitei três grupos de operárias metalúrgicas, a gente conversou um pouco sobre como era o dia a dia do trabalho e quais eram as condições das mulheres no trabalho. Aí, eu fiz uma matéria sobre isso e o pessoal achou que não devia publicar. Lula era uma figura polêmica, na época, mas na verdade falava mais da situação da mulher no trabalho. Ficou complicado e eu acabei saindo, um pouco forçada, digamos, do jornal e levei essa matéria para o Jornal Movimento. O Jornal Nós Mulheres continuou sem mim e acabou organizando uma Associação das Mulheres que acabou mais focada, algum tempo depois, em publicações maiores do que um jornal, especificamente.

A gente vivia um tempo de ditadura. A imprensa ainda na verdade tinha que se cuidar...

[...] e esperar que eventualmente não caísse a censura em cima daquilo que estava publicando. A gente discutia e achava que essa coisa de mulher na época era uma coisa meio estranha. A direita dizia: “Essa coisa de feminismo é coisa de mulher mal amada!”. E a esquerda dizia: “Opa, companheira! Vamos primeiro fazer a revolução, depois a gente cuida dessas questões.” Então a gente achava que, de alguma maneira, a censura não nos incomodaria porque era só coisa de mulher mesmo. E de fato não nos incomodou. Eu acho que essa coisa de deixar as matérias anônimas também de alguma maneira protegia todo mundo. Assim como não explicitar o nome de quem tinha bancado o jornal, também era para proteger o nome da pessoa para não chamar a atenção da repressão.

A gente queria atingir as mulheres trabalhadoras...

[...] e na verdade, todo mundo queria desde o tempo do movimento estudantil entrar em contato com a classe trabalhadora. A gente atingia com a Associação das Donas de Casa e com o Clube de Mães, digamos que mais as donas de casa da periferia, então a mulher do trabalhador. Legal! Com as matérias sobre mulher e trabalho a gente esperava poder chegar também às mulheres trabalhadoras. Mas nos interessavam as mulheres no geral. Tanto as mulheres mais politizadas, as mulheres que davam apoio, quanto as mulheres que estavam saindo para o mercado de trabalho. Isso foi no ano de 78, por aí, então as primeiras greves, inclusive, começavam no ABC. [...] a mulher estava saindo para o mercado de trabalho, precisava de mais um salário em casa. Mas, não tinha creche, então deixava os filhos com a vizinha ou numa creche conveniada com a igreja, ou com a filha mais velha de 7, 8 anos e super com o coração apertado. Afinal de contas, era meio perigoso deixar com uma criança ou com uma vizinha que cuida de várias crianças da vizinhança. O movimento de luta por creche era uma coisa importante para elas e a participação no trabalho era necessária, mas era também dificultada por essa questão da falta de ter com quem deixar as crianças adequadamente.

Não tinha espaço suficiente para discutir as questões que dissessem respeito às mulheres...

Aí teve essa história de sindicato dos metalúrgicos e o que estava acontecendo, na verdade, o que a gente percebia, tanto nas entrevistas quanto o tempo todo, é que, em primeiro lugar, não tinha espaço suficiente para discutir as questões que dissessem respeito às mulheres. Então, na realidade, não tinha muito espaço para discutir, por exemplo, discutir a revolução sexual. Na faculdade os homens diziam: “Pô! Porque agora eu transo, inclusive relacionamento aberto, a relação é ótima!”. E quase sempre quando eu entrevistava as mulheres, elas diziam: “Não! Está complicado porque sabe como é, chega até um certo ponto e depois eu tenho que fingir ou parar por aí mesmo!”

Um espaço para discutir do jeito que as mulheres achavam que devia ser discutido...

Trabalho doméstico, dupla jornada, a creche ninguém discutia, enfim, as questões que eram de interesse: trabalho igual, salário igual, ninguém discutia. E a gente estava precisando de um espaço. E a gente percebeu, nesse encontro lá no Rio o que fazia sucesso entre nós, o que era importante, que era uma revelação, inclusive para nós mesmas porque nem todas compartilhavam informações. Então porque não fazer um jornal? Quer dizer, é importante ter um espaço onde a gente pudesse discutir do jeito que a gente achava que devia ser discutido. Com espaço necessário e com o enfoque que a gente achava mais adequado.

Para isso, não personalizar era importante...

Essa coisa de ler as matérias e discutir todo mundo para ver se todas estavam achando que era aquilo e tal, era um jeito de fazer o jornalismo em muitas mãos, mais do que de autoria. Então, isso eu acho que era um diferencial porque a gente pretendia não personalizar em termos de feminismo, mas, justamente, despertar esse sentimento de coletividade e que a gente tentava que acontecesse, inclusive, no fazer do próprio jornal.

A centralidade também era dar voz as vivências e experiências das mulheres...

Dava! Oh, se dava! Na verdade, a gente procurava o tempo todo refletir sobre a realidade que a gente via, vivia, etc. Então, Ana Martins, que foi a primeira operária que eu conheci que trabalhava numa indústria têxtil e que contou como era o dia a dia na indústria, a gente fez uma matéria. Quando a gente não tinha matérias que a gente fizesse mais do dia a dia, eventualmente a gente traduzia uma matéria ou outra que pudesse em qualquer canto. Aliás, é uma percepção que eu sempre tenho, que eu juro que eu não sei como caíam no meu colo coisas absolutamente incríveis que eu não sabia de onde vinham. E era muito rico. A gente começou a formar aqui, em 1974. Primeiro, eu ganhei um livro do meu namorado que eu li um ano depois, a “Mulher Eunuco” da Germaine Greer, e chamei um grupinho de amigas para discutir isso. E, depois, a partir daquela discussão a gente foi fazendo um grupo de reflexão: como é a tua vivência, como é que você viveu isso, etc. Então, isso fazia com que a gente passasse muito pelo cotidiano, pelo cotidiano nosso, pela vivência das mulheres e era sobre isso que a gente queria refletir e retratar na imprensa, na nossa imprensa pelo menos. De repente, falando só entre mulheres, a gente começava a discutir uma série de coisas com que a gente ficava de birra em discutir na presença de um homem. Era a máxima com a qual a gente justificava que era fundamental a gente falar do cotidiano das mulheres. Por um lado, a gente percebe essa dificuldade de auto-organização das mulheres pela dificuldade que as meninas que sofreram violência ou assédio têm de denunciar o caso.

Disseminar o feminismo e colocar na ordem do dia...

Quando a gente fez os congressos da mulher (paulistana), a gente chamava todo mundo pra discutir junto. Tinha uma companheira que é operária numa fábrica qualquer e era a única operária que tinha acessibilidade com relação à questão de gênero que a gente chamou. Tinha grupos organizados que a gente também chamou e os jornais estavam presentes, tanto o Nós Mulheres quando o Brasil Mulher. Então, acho que a gente ajudou a levantar o tema, a disseminar o tema por vários lugares [...] E a gente era chamada muitas vezes a fazer um debate sobre o jornal ou sobre uma matéria específica. Então, de alguma maneira a gente ajudou e participamos de todos os momentos em que a gente, em que o movimento se dispôs

a organizar algum evento específico. Então, eu acho que a questão entrou na ordem do dia. Na época do jornal, na verdade, a gente não pretendia que se formasse um grupo maior em torno do jornal, especificamente, mas em torno da distribuição, da discussão, etc. Seria super legal. E quando a gente fala de discussão é uma discussão que era mais organizativa, então as entidades que, por exemplo, queriam e que gostaram da matéria, [...] junta um grupo no teu bairro e discuta isso e aí agregue a associação das donas de casa, agregue ao Clube de Mães, etc. E quanto mais gente estivesse nesses espaços e interessadas em discutir a questão de gênero mais a questão de gênero ganhava com isso. Então, eu não diria que ele organizava, ele ajudava, talvez, na organização e os segmentos específicos levavam adiante, ampliando o alcance, permitindo ser utilizado como um instrumento para ampliar a organização. Claro que se por acaso elas quisessem se juntar e discutir e depois se agregar a um grupo qualquer que promoveu essa discussão, perfeito! Mas, se não, fantástico! Não precisava ser filiada nem assinar ficha nenhuma, absolutamente nada.

Os temas discutidos e a dificuldade em falar sobre os polêmicos...

Quando a gente discutiu, por exemplo, a questão da dona de casa, pensamos: Será que isso é burguês demais? Por que era inclusive a tradução de uma matéria do Cosmopolitan, alguma coisa assim de fora. Será que isso é um ponto de vista americano? Com um viés que não é nosso, que não interessa à mulher trabalhadora? Que não é politicamente adequado? De repente, a gente descobriu que era importante. Esse tema foi bastante polêmico. E como eu te disse a questão era a mulher trabalhadora. Não sei se o tema, ou de passar rapidamente pelo Lula ou se foi pretexto, mas enfim, foi uma matéria que não saiu. Então nós tivemos, sim, dificuldades com algumas matérias. As que eu vivi foram essas, depois que eu saí, eu não sei mais. Sexualidade, por exemplo, não discutimos. Eu lembro de, nossa! Foi muito louco. Eu fazia debate em alguns lugares, chamados por uma pessoa ou outra e eu lembro de ter sido chamada pelo Clube de Mães que era um grupo de mulheres ligadas à Igreja para discutir temas diversos e resolveram discutir sexualidade. Gente! Era o grupo mais cheio que tinha. Então, a demanda reprimida, porque sexualidade é uma coisa pouco política, não pode discutir. Mas é muito legal! Algumas frases ficaram na minha cabeça que são fantásticas, uma delas é: "Olha,

você fala muito em gozo e eu não sei o que é isso, como é que é isso?" Então, orgasmo era uma coisa difícil. E tinha uma mulher em um dos grupos do Clube de Mães que, pô, orgasmo! E aí, como é vocês viveram, vocês vivem? Como é que é essa história? E uma mulher levanta a mão e diz: "Eu acho que tive seis orgasmos." E eu pergunto: "E como é que você sabe que foram seis orgasmos?" – "Ah! Porque eu tive seis filhos." Então, a falta de informação a respeito dessas coisas e a falta de espaços para discutir, digamos que não era um tema eminentemente político, né? Para ser discutido. Então fazia com que essas questões ficassem em segundo plano ou que não se discutisse. [...] quem escrevia sobre gênero eu acho que era relativamente mais fácil. Embora, com a questão da censura fosse uma coisa complicada de escrever. Se você era censurada era uma coisa complicada. O pessoal dizia, ao menos na mídia alternativa: "Ora, não vamos nos autocensurar, não vamos fazer o trabalho do censor, a gente escreve o que a gente acha que deve escrever e se por acaso eles censurarem depois, problema é deles e a gente vê como a gente se vira".

A censura, naquela época, não chegou no Nós Mulheres...

[...] tinha um espaço lá no DOPS, não sei onde, enfim, que conseguia as fichas que tinham sido registradas pelo DOPS. A gente acabou fazendo inclusive uma passeata porque morreram assassinadas cinco prostitutas e a gente resolveu fazer uma manifestação. E aí, na véspera chegou alguém, bateu na porta perguntando qual era a nossa intenção e o que a gente estava querendo. Pô! a gente estava querendo prestar solidariedade. E quem é você? Ah! Eu sou uma liderança das prostitutas, mas todas cinco que foram mortas, foram lideranças sucessivas. E aí a gente fez um debate antes de começar a manifestação. E eu sei que o DOPS registrou: "Mesa de debate sobre não sei o que, não sei o que. Fulana falou das prostitutas do Brás..." Então nisso eles prestavam atenção. Porque acabou mobilizando gente e a gente foi pra rua. O Nós Mulheres eu acho que não. O Brasil Mulher eu acho que também não. Como eu disse, ir para a rua, mobilizar era uma coisa complicada, uma coisa mais ousada digamos assim. Chamava a atenção. Agora um jornal pra falar de "mulherzinha"? Coisa de mulher mal amada e pronto. Deixa barato. Mal sabiam eles. Dia 29 agora, nós vamos para a rua.

Vera Soares:

O Jornal Brasil Mulher nasceu no interior do Paraná, como um jornal militante e o número zero é de outubro de 1975...

Nasce como um jornal militante e ele não tinha nenhum tipo de financiamento, se autofinanciou o tempo todo. Nasceu numa cidade do interior do Paraná porque, naquele momento, naquela cidade, tinha um movimento cultural forte, em Londrina. E tinha uma jornalista, a Joana Lopes que tinha ido para lá, e ela toma a iniciativa de começar esse jornal e ela convida uma das pessoas que fica no jornal que é a Terezinha Zerbini que era casada com um general que tinha sido perseguido na ditadura militar em 64. E ela resolve, a partir de um determinado momento, criar um movimento pela anistia porque ele tinha sido condenado e ela então começa a organizar e lança um manifesto das mulheres brasileiras em favor da anistia. Ela e a Joana, então, pensam em utilizar o Jornal Brasil Mulher para que pudesse, ao mesmo tempo, trabalhar as questões das mulheres políticas, as questões da igualdade e dar um espaço para a Terezinha Zerbini sobre a questão da anistia. O jornal fica lá durante um ano e depois a própria Terezinha Zerbini traz o jornal para São Paulo e uns dois números depois elas editam lá no Paraná e aqui em São Paulo. Começa a existir um movimento pela anistia, mas não das mulheres, um movimento dos presos políticos e então a Terezinha achava que o jornal Brasil Mulher devia ser o porta voz do movimento das mulheres pela anistia. Então, o jornal aqui entra um pouco em contradição com o desejo dessas mulheres que participam agora da questão da anistia, do movimento nacional pela anistia e a Zerbini vai então ficar com o movimento pela anistia.

Contexto e concepção política do jornal da mulher...

Também tem uma concepção política do que significava, na época, a resistência contra a ditadura militar. O jornal mantém então, obviamente, a mesma ideia do seu nascedouro que era um jornal da mulher, era uma voz na busca e na tomada da igualdade das mulheres. Essa vai ser a nossa pauta durante um bom tempo. Nós estamos pensando em 75, nós temos um contexto internacional que foi apresentado pelas nações unidas como o ano internacional da mulher, então houve muitas iniciativas como, por exemplo, o primeiro levantamento de desigualdades das

mulheres. Teve inclusive, algumas organizações que se formaram em função disto. Algumas pesquisadoras que vão fazer um longo estudo e que serão os primeiros estudos e levantamentos sobre as desigualdades das mulheres. Essa era uma conjuntura que se apresentava. Aqui dentro nós vivíamos um momento de uma ditadura civil militar extremamente dura, já estávamos vivendo o próprio ato institucional que dava condições dessa ampla ação policial do estado e os militares estavam no poder. [...] em São Paulo, apesar da repressão à resistência estudantil, ao movimento operário, intervenção nos sindicatos, à imprensa que está censurada, etc., a gente via que o movimento de mulheres nos bairros tinham muitas possibilidades de organização. Então, lembrando que o movimento que a Terezinha Zerbini vai organizar chamando as mulheres para a luta da anistia, ela teve essa percepção de que a ditadura militar não direcionava sua violência contra as mulheres e nos bairros nós vamos ver uma organização forte de mulheres, por exemplo, vai se formar o movimento pela carestia que foi, basicamente, organizado pelas mulheres, para a demanda por escolas, melhoria nos bairros, coisas desse tipo. Então você tinha ao mesmo tempo uma repressão política muito forte do estado contra qualquer tipo de manifestação que contestasse o regime. Mas, por outro lado, você tinha uma certa liberdade das mulheres se organizarem. Acho que o papel de mãe, quer dizer, ir na porta da OBAN, por exemplo, uma mulher, uma mãe, ela ia na porta da OBAN, procurar o seu marido, o seu filho, quer dizer a ditadura não enxergava uma mulher como ator social que contestava o regime militar. Então, enfim, eram tempos duros. No Brasil Mulher éramos mulheres que tinham feito uma militância intensa em organizações clandestinas, a maioria de nós tinha sido presa política. Então, tinha a questão democrática e de enfrentar a ditadura. Eram mulheres que passaram por essa resistência própria e o jornal está dentro desse contexto.

Por um espaço das mulheres e dedicado às mulheres...

[...] era um jornal feito pelas mulheres e dirigido às mulheres. Não era só vendido às mulheres [...] Nós tínhamos uma lembrança que, principalmente em São Paulo, mas não só, você tinha uma igreja católica que teve um papel muito importante na resistência e organização de trabalhadores e trabalhadoras das periferias da cidade de São Paulo. Então, você tinha essas organizações dos bairros que muitas vezes

passavam por grupos da igreja e, com certeza, muitas mulheres estavam nesses grupos. Obviamente, a gente tinha muita solidariedade a essa parte da igreja que estava de certa forma junto à frente na resistência contra a ditadura, mas a gente achava que as mulheres tinham que ter um espaço próprio de organização. No caso do Brasil Mulher a ideia era, também, trazer a voz das mulheres, as questões que as mulheres estavam pensando, trazer a discussão dessa desigualdade.

Feminismos...

Eu entrei no jornal logo depois que tinha saído a Terezinha Zerbini. A questão que estava posta, naquele momento, era de enxergar o papel das mulheres na anistia, nós tínhamos uma visão mais feminista e ela tinha uma visão, digamos, mais liberal de que deveríamos lutar pela anistia e a questão democrática e que as mulheres tinham esse papel porque afinal de contas são mães, filhas, etc. E a gente estava fazendo uma crítica a mais, referente à questão da desigualdade das mulheres e o nosso papel de invisibilidade perante a repressão que nos enxergava exatamente reforçando o nosso papel de subordinação e é claro que a gente estava utilizando este papel para podermos nos organizar e fazer essa crítica. Então, naquela época a gente já se considerava feministas. O Brasil Mulher era uma composição de várias visões, podemos dizer até de várias visões do feminismo, cada uma de nós continuava participando em organizações políticas ainda ocultas, digamos assim, clandestinas. O jornal, de certa forma, tinha uma composição política que tinha muitas mulheres que eram da Ação Popular (AP), tinha muitas mulheres que eram do PCdoB, tinha muitas que eram do MR8, etc. Então, nós éramos, enfim, uma composição que naquele momento estava junta para pensar, e nós estávamos construindo um pouco que feminismo era esse, de mulheres de esquerda que tinham essa militância de esquerda e umas com mais formação marxista, outras com menos formação marxista, enfim.

O jornal organizava as mulheres e debates. A pauta das trabalhadoras era central, entre outras...

Este era o nosso debate (feminismos) de encontros além da pauta do jornal. Sempre tinha uma questão de organização das mulheres, o que estava acontecendo, a questão da igualdade, como ela se manifestava nas nossas leis ou não. A gente

sempre procurava manter uma discussão do que estava acontecendo na cultura, o que tinha de livros. A questão do trabalho das mulheres sempre foi uma pauta nossa, uma pauta grande a questão do direito do trabalho, lembrando que isso é anterior à constituinte de 88. Então, tinha várias questões, como por exemplo, a questão da informalidade e o que significava tantas mulheres sem registro em carteira, a questão do trabalho noturno, da licença maternidade, a demissão das mulheres grávidas, etc. Discutíamos, também, a questão dos direitos das mulheres no que se refere ao código civil que, naquela época, estava em discussão. Fazíamos a discussão econômica do ponto de vista do aumento porque muitas de nós participavam do movimento da carestia, mas que questionava o aumento acima do aumento do salário mínimo, pegando nas questões não do salário, mas as questões do cotidiano, dos custos do cotidiano. Sempre tínhamos uma matéria ou alguma coisa relacionada à questão do custo de vida e, obviamente, à questão da anistia independente da Terezinha Zerbini, sempre tinha uma pauta nova nossa mostrando denúncias ou informação sobre o assunto. Lembrando que, naquele momento, começa uma discussão sobre a questão da pílula anticonceptiva, a discussão da sexualidade, controle da sua menstruação, de ter ou não filhos, sempre muito presente conosco, nunca assumimos, assim abertamente, defendíamos a questão do aborto sem falar nisso. Começamos com a questão da pílula, e questionávamos o que significa isso? Quais são os dados da gravidez na adolescência? A luta de creche para nós, aqui em São Paulo, foi central durante muito tempo. A questão da saúde das mulheres era um dos temas da gente. A questão da tortura que as mulheres sofreram que nós tratamos com muita delicadeza, a violência sexual que as mulheres tinham sofrido. Enfim, trazíamos essas questões.

O Brasil Mulher como ferramenta para a auto-organização das mulheres...

Nós acompanhávamos vários grupos de mulheres que estavam em torno de determinadas igrejas e a nossa vontade era que as mulheres pudessem ter autonomia na sua organização, mas a gente tinha que estar onde elas estavam organizadas. Por outro lado, ao mesmo tempo, voltando a quando a gente começou, estávamos em 75 e aí começa que tinha sido o ano internacional da mulher, lembrando que essa questão da igualdade da mulher, do feminismo, da discriminação da mulher, das diferenças, da sua autonomia, ela passa a ser

debatida em vários espaços. Então, nós do Brasil Mulher não só editávamos o jornal, como nós também estávamos envolvidas na organização e no fortalecimento do movimento feminista. Nós nos distinguíamos das mulheres com quem estávamos na luta, nas lutas no bairro porque a gente percebia que a crítica que a gente fazia em relação ao papel subordinado das mulheres e que essa função subordinada era aproveitada e exercida nessa cidade. [...] o jornal procurava trazer uma reflexão e colocar um foco na situação que as mulheres estavam vivendo naquele momento, tá certo? E também nas suas formas de resistência e organização. O jornal era uma das coisas que nós do Brasil Mulher fazíamos. As outras coisas eram estar na organização das mulheres nos bairros, acompanhando as mulheres que estavam se organizando na oposição sindical, nos sindicatos. E no movimento feminista, o que a gente estava tentando consolidar é o que seria esse movimento feminista aqui na cidade de São Paulo. Nós organizamos o primeiro congresso da mulher paulista e o Brasil Mulher teve um papel fundamental. O que era organizar o congresso da mulher paulista? Era exatamente trazer esse conjunto de mulheres que estava nos bairros, brigando, lutando pela sua sobrevivência, e fazer uma discussão conjunta no sentido de ter pautas em comum nessas lutas em relação aos direitos das mulheres. Agora, imagina você organizar um congresso de que mais ou menos participaram umas mil mulheres, dois dias. Que maluquice! A gente não tinha um tostão, dinheiro de nenhuma entidade. O dinheiro que a gente conseguiu foi porque demos muitas festas. E os sindicatos colaboraram. Mesmo sindicatos que não eram ainda de oposição sindical. Imagina que maluquice! As mulheres vieram com as suas creches, a gente lutava para que houvesse creches na cidade de São Paulo, o que não tinha. Então, as mulheres podiam vir com as suas crianças. Eram tantas que a gente, enfim, arrumou ônibus e elas ficavam circulando pela cidade. (risos) Uma maluquice, absoluta! A gente conseguia juntar esse montão de mulheres assim com o esforço próprio, uma auto-organização e, nesse ponto, o jornal Brasil Mulher tinha esse papel pela nossa visão, do nosso trabalho e do nosso papel como feministas.

Não existe socialismo sem feminismo...

Eu acho que o nosso papel naquele momento foi fundamental para trazer a discussão, que depois a gente formaliza porque, como nós estávamos sempre no

nosso nascedouro tão vinculadas à questão da anistia, a questão da resistência democrática, e que acho que ajuda na formulação que depois se dá de que não existe socialismo sem feminismo e não existe um feminismo sem o socialismo. E o Brasil Mulher tem uma importância, no sentido de nos afastar de uma visão liberal, digamos, do direito das mulheres e vinculá-la numa luta anticapitalista. Embora, a gente não tivesse formulado que era uma luta anticapitalista naquele momento. Mas nas nossas ideias isso já estava, eu acho que já tínhamos começado essa elaboração, de que nós tínhamos que brigar por direitos. Juntando com essa luta mais geral que, no começo, a gente vinculava com a questão democrática, mas, para nós, estava evidente que o que tínhamos que enfrentar era o capital. Nós éramos acusadas muitas vezes de não sermos feministas porque nós estávamos sempre junto ao movimento popular de mulheres, das trabalhadoras, embora a gente estivesse junto, também, das mulheres, das feministas, digamos assim, de classe média.

Três assuntos não foram tratados, o que impedia era a dificuldade de formulação...

[...] éramos livres para tratar de qualquer assunto, nós não tínhamos impedimentos, eu acho que talvez tivéssemos dificuldades na nossa formação, dificuldade de formulação. Eu citaria esses três: uma campanha, no caso do aborto, embora discutindo a questão da autonomia do corpo, o uso de contraceptivos, da liberdade da mulher mas não fizemos nenhum tratamento da questão do aborto; a questão racial não tratamos, e não tratamos a questão da prostituição.

Fortalecer a organização e dialogar com outros grupos feministas

[...] o jornal era uma auto organização nossa e o que nós fazíamos ao acompanhar as mulheres da periferia, trabalhadoras era exatamente fortalecer a organização própria das mulheres. E obviamente organizar congressos de mulheres, mostrávamos que a gente tinha essa capacidade de nos organizar. Aqui em SP a gente teve um diálogo importante para aglutinar o conjunto dessas feministas que depois vai dar nessa organização do congresso da mulher paulista.

7.2.2 A mulher: sujeita política

O Bloco II, *A Mulher: sujeita política*, conta, brevemente, as histórias de vida de Rachel Moreno (NM) e Vera Soares (BM) e contribuições para participar dos jornais. Resgata quem eram as mulheres que construíram o jornal e o mercado de trabalho da época; investiga como era, para elas, construir jornais com uma perspectiva feminista e como se sentiam fazendo parte desses impressos; quais eram suas funções e quais matérias marcaram mais.

Rachel Moreno:

Estudante de psicologia da USP que andava com um gravadorzinho na mão...

Quando eu comecei a faculdade, eu estava trabalhando, ao mesmo tempo, com pesquisa e aí eu entrevistava as pessoas. Então eu tinha um gravadorzinho na mão que virou minha arma. Era um jeito legal de conversar com todas as pessoas e eu conheci a Ana Martins que trabalhava, na época, numa fábrica e eu entrevistei ela. Nós vivíamos, ao mesmo tempo, o tempo da ditadura e o tempo da revolução sexual e eu entrevistei alguns alunos da USP e fui usando aquilo como um jeito de guardar notícias e informações. Eu sou meio dinossaura no movimento feminista. Eu já fui muito tímida. Hoje, eu consegui superar um pouco essa história. Então, fazer pesquisa, com um gravador na mão e um roteiro, era um jeito legal de facilitar o contato com as pessoas e fazer as pessoas falarem. Eu acho que contribuiu, sim, para esse levantamento da situação vivida pelas mulheres no Brasil, naquele período.

As vivências influenciaram na participação do jornal...

Eu acho que essas coisas, enquanto eu estudava, enquanto eu estava na faculdade, de alguma maneira contribuíram para o fato de eu pensar ou usar em alguma coisa relacionada ao jornal. Eu acho que a minha vivência na discussão do feminismo também foi bem importante. Não é só a questão de enquanto Mulher Jornalista. Enquanto mulher, a participação nos grupos de reflexão, a participação na USP também. Eu, em 1974, acabei participando, organizando, ajudando o movimento de luta por creche na USP que, depois, deu contato com a mulherada de periferia e esse contato, essas conversas, foi super importante. Saber e perceber que é uma

vivência do cotidiano importante que era política e que precisava ter um espaço de discussão. Então, isso também ajudou a levar para o jornal, uma coisa que ampliasse o alcance.

Pessoalmente a importância do jornal...

Uau! Era um filho meu, eu acho. Quer dizer, eu me senti um pouco mãe do Jornal. Mãe participante. Além de mãe, participando. Eu sei que a jornalista responsável tinha o know-how que nenhuma de nós tinha, ela era uma jornalista muito experiente. Quem fazia a diagramação, tinha uma formação profissional nessa área também super importante. E a discussão com a redação ou com o coletivo era também uma maneira de não só discutir teoricamente, formalmente ou tecnicamente a matéria que a gente queria publicar, mas era também a relação da gente com aquela vivência com aquelas histórias. Então, foi uma coisa muito coletiva, muito legal enquanto durou e muito acolhedora e coletiva enquanto durou. Nós fazíamos questão que, fora as jornalistas responsáveis pela diagramação e pela capa, todo mundo fizesse tudo. Era legal. Não tinha hierarquia, não tinha autoria, não tinha... era um trabalho coletivo. E a gente, achava que isso era um jeito de politizar, inclusive, esse ato de fazer um jornal. Politizar e feminizar esse ato.

Matérias que mais marcaram...

A matéria com a Ana Maria sobre a vivência numa fábrica de tecidos, numa fábrica têxtil... Acho que foi tcharam! Uma revelação para mim. Tem uma matéria com uma mulher da Zona Leste, [...] e ela, no bairro dela tinha um riachinho, um pequeno córrego a céu aberto que era esgoto a céu aberto praticamente e eu sei que por outro lado meus amigos que trabalhavam na SABESP diziam: "Pô! Um esgoto no pé das crianças, provoca diarreia, provoca doenças..." E ela mostrou isso. E é uma matéria importante. A matéria da ascensorista que, meu deus do céu! Ficar em um negócio fechado que você não sabe se está frio, ou calor, se é manhã, ou tarde, ou noite. Sobe e desce e não vê nada do mundo lá fora, me chocou, me chacoalhou um pouco e finalmente a matéria sobre as mulheres metalúrgicas que revelou o cotidiano de trabalho das mulheres naquele período que eu acho que não é só das metalúrgicas mas que era de praticamente todas as operárias, pelo menos. E que foi chocante para todas nós. Acho que foi as quatro matérias mais importantes. Sim! E

"Eu também quero uma Dona de Casa", foi também uma matéria de alta repercussão, super legal!

Do Egito para o Nós Mulheres...

[...] eu vim do Egito há muito tempo. Eu cheguei em 1957, aqui. E minha mãe que nunca tinha trabalhado lá, trabalhou pouco tempo depois, minha mãe falava inglês e francês e a gente, sem falar uma palavra em português, mas aquela coisa, fomos aprendendo rapidamente. Bom, fugir de lá foi super legal! Eu lembro de bomba estourando no ar, eu lembro de janelas pintadas de azul que era pra se por acaso você acendesse a luz, não transparecer lá fora e não ser um alvo. O medo que isso provocava, isso a nível infantil. A nível mais adulto, a falta, também, de emprego, trabalho, etc. Vir para cá, em um primeiro momento, em 1957, as coisas estavam mais tranquilas. Em 1964, eu tava numa escola pública e aí teve o golpe. Aliás, foi só quando eu passei para a escola pública que eu li um jornal pela primeira vez porque, antes, o jornal não era coisa de criança. E foi super legal ter gente que discutisse essas questões. Depois eu trabalhei durante três anos e foi só depois que entrei na faculdade. Eu entrei na faculdade em 1968. E tinha, por um lado, gente partindo para a luta armada. Um, dois anos depois, gente voltando da luta armada. Você tinha o movimento estudantil na rua. Você tinha os ventos libertários que vinham da França, uma geração no poder, revolução sexual. Era uma salada que tinha para todos os gostos, né? Quando entrei na psico, o pessoal discutia mais a questão de política do cotidiano, comportamento, etc. A ala que ia para a luta armada tinha acabado de ir, em 1968. Eu lembro de ter visto a lara, alguém disse: "Aquela é a lara!" E foi a última vez que a lara foi vista. Foi para a luta armada e depois morreu. E ninguém mais viu. Em compensação, muita gente voltou e alguns deles ficaram hospedados na minha casa. Naquele período, você ficava em casa e o zelador anotava quem subia na tua casa ou o número do RG, que horas chegou, que horas saiu. E entregava para a polícia. Se tinha mais de três pessoas juntas na rua, isso era uma multidão e a polícia dispersava ou ia ver lá o que era. Aquela coisa meio complicada. A minha fantasia é que eu me vestia de hippie e de repente uns amigos vinham em casa e o zelador deixava passar batido porque eram uns hippongas. E tinha gente que tinha voltado da luta armada e que tava dormindo lá em casa e no dia seguinte ia embora, etc. Foi um mecanismo, de alguma maneira,

de defesa. Mas foi na USP, foi no movimento estudantil que eu comecei a ganhar um maior nível de consciência e de formação. Tanto a nível político, num modo geral, quanto a nível de feminismo, quando a gente começou. Numa certa altura dos acontecimentos, eu vi um bilhetezinho dizendo que quem tinha filhos, era para aparecer em uma reunião em tal lugar e tal hora. Eu não tinha filhos nem nada mas eu tinha lido meu primeiro livro do feminismo e eu fui. E estudantes, professores e funcionários da USP queriam ratear uma babá para tomar conta das crianças enquanto estudavam e trabalhavam. Gente! Tem a faculdade de educação, psicologia, arquitetura, medicina... Os filhos são a próxima geração, do interesse social, precisamos reivindicar creche. Aí a gente reivindicou. Aí, um tempinho depois, fizeram uma passeata. Saíram na primeira página do jornal, etc. Algum tempo depois, o pessoal do movimento estudantil me convidou, no caso a LIBELU. Oba! Que maravilha! O movimento estudantil vai discutir as questões de gênero! Mas depois de algum tempo eu descobri que eles não estavam interessados em discutir as questões de gênero. Eles estavam interessados na minha capacidade de organização. Teve a universidade paralela, a gente acabou fazendo cursos. Foi legal mas, algum tempo depois, acabei mais me voltando só para a questão do feminismo e não para a questão de política estudantil.

Sobre não participar da luta armada...

Quando eu entrei, foi em 1968, os últimos que estavam saindo para a luta armada, saíram no começo do ano. A USP estava em greve, inclusive, naquele ano. E depois disso ninguém mais saiu. Eu, como parte dos grupos de esquerda que continuaram na USP e não foram, havia uma certa crítica aos que foram sobre não ser esse o caminho. Então não me passou pela cabeça, não foi uma coisa, uma alternativa viável para mim por que não estava colocado. E o fato de ser "gringa", também, de alguma maneira acabou favorecendo um pouco esse desconhecimento. [...] Então não se colocava pra mim, não fazia sentido. Não vivi esse questionamento.

Vera Soares:

Estudante de física da USP, a sorte quando foi presa e as influências que a levaram a participar do *Brasil Mulher*...

Eu estudava na USP, fiz física e tinha sido presidente do centro acadêmico que é o CEFISMA. Por um motivo tinha sido presa, mas tive sorte (risos) de ser presa numa coisa que envolvia o centro acadêmico, coisa desse tipo e já participava, como estudante, dessa organização clandestina que era a Ação Popular (AP). Quando eu me formei, terminei, então, a escola, tinha sido presa, voltei e fiquei seis meses e enfim... tive a sorte de que o cara que me prendeu foi o que fez a invasão do CRUSP e não me levou pro DOPS, ele me levou diretamente pro Tiradentes e ele queria mostrar que ele era melhor que o Fleury (Sérgio Fleury, torturador e delegado do DOPS), ele dizia: "Haha! O Fleury quer que eu te entregue! Eu não vou te entregar! Fui eu que te prendi!" E essa foi a minha sorte, mas enfim... E aí, quando eu me formei, participar do movimento estudantil não tinha muito sentido. Embora eu ainda tivesse ajudado a organizar algumas coisas, o movimento estudantil era bastante organizado na USP, então, [...] o que eu ia fazer? Formada, onde que eu ia militar? Aí as pessoas com quem eu participava na minha organização disseram que tinha uma turma legal que era exatamente o jornal Brasil Mulher. Me mandaram então... e nunca tinha passado na minha cabeça a questão das mulheres. Eu fui aprender e me formar no Brasil Mulher. Então, esse foi o meu espaço de formação política, junto com as mulheres que estavam em outras organizações, mas que estavam no Brasil Mulher e as minhas companheiras que estavam na minha mesma organização que estava dando espaço e achava que era um tema que as mulheres tinham que atuar. E estava muito de acordo com as ideias do que a organização estava fazendo de atuar junto ao movimento sindical e enfim. Fiquei no Brasil Mulher esse tempo até que nós resolvemos fechar o Brasil Mulher, foi depois do terceiro congresso em 80, no começo dos anos 80. [...] eu dava aula, sempre dei aula no ensino médio, desde o primeiro ano da faculdade até me formar e depois eu vou entrar na pós graduação, fazer ensino de física e eu sou contratada pela universidade de São Paulo. É, a minha militância feminista fica mais nesses grupos mais gerais e o meu trabalho na universidade de São Paulo. Aí, fiquei trabalhando na USP durante muito tempo, até o final dos anos 80, quando saí e depois voltei. E fui fazer um programa de rádio na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, uma experiência bem interessante, se chamava Tome Ciência, bem legal. Mas aí não entra nada de feminismo também. Embora tudo que eu tinha aprendido aqui nesse espaço... e na USP, assim, como professora, eu nunca fiz, nunca juntei as ideias... Eu podia ter juntado um grupo de reflexão sobre mulheres e ciência, coisa

desse tipo, mas eu não fiz, a minha trajetória, enfim, tinha uma militância aparte do feminismo. Ela fica isolada da minha atuação profissional. É uma coisa completamente maluca! Então fui professora universitária durante muito tempo, saí da USP, depois voltei como funcionária, fiquei na universidade até 2011, quando fui pro governo, a Dilma já era presidente. Eu tenho uma formação muito heterogênea, quer dizer, eu acabei não seguindo uma carreira de física e acabei não sendo uma acadêmica. Embora eu tenha publicado uma porção de artigos e desenvolvido toda uma metodologia de pesquisa em relação às mulheres. Quando fui para o Brasil Mulher, eu tinha acabado de me formar e não sabia nada de feminismo, absolutamente nada, e fui formada ali. Tinha uma formação de ação política. Então, tanto de organizar coisas e participar, então para a ação política sim, mas os temas eu fui aprendendo com o conjunto das mulheres.

Matéria que mais marcou...

[...] em maio de 78 tem uma decisão com trabalhadores de fazer um movimento, o primeiro de maio unificado. Aí eu fui escalada para acompanhar as reuniões das várias oposições sindicais. Bom, eu fiquei quase maluca assistindo a não sei quantas reuniões para fazer esse primeiro de maio unificado e nós fizemos um jornal especial. Fizemos o primeiro de maio, que é a luta pelo direito de greve. A capa do jornal é: primeiro de maio, liberdade sindical, direito de greve e abaixo a carestia que, também, a gente acompanhava. Então, para mim foi um aprendizado incrível porque eu acompanhei inúmeras reuniões pra gente organizar, e aí, depois, foi colocar isso em um matéria que era o centro do nosso jornal e trazer as questões das mulheres, porque onde eu fui não tinha nada, era pura oposição sindical. Fui encarregada de fazer esse box, que era enorme, de como é que os trabalhadores estavam pensando a organização do primeiro de maio. Então, pra mim, foi um desafio enorme, participar daquele monte de reunião dos trabalhadores e, depois, como a gente ia transformar aquilo pro jornal. [...] e chamando pro oito de março unificado. E, depois, fizemos uma longa matéria sobre as mulheres para discutir a questão do trabalho noturno... e era essa introdução que a gente fazia. Depois o direito de greve e contar um pouco a trajetória das trabalhadoras no mundo pelo direito de greve. Tem uma outra matéria, aí era só porque eu tava chegando, que foi o número especial que nós fizemos quando teve o congresso da mulher metalúrgica.

A gente ajudou a organizar, juntou o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, organizou as mesas, etc. Depois fizemos um jornal, número especial desse congresso. E acho que eles também me chamam muito a atenção porque não fazia muito tempo que eu tava trabalhando, que eu tava militando no jornal e, portanto, no feminismo. Elas me marcaram demais, tanto essa organização do primeiro de maio, como depois do congresso das metalúrgicas, porque, aí, pra mim ficou muito clara, muito clara a opressão diferenciada das mulheres trabalhadoras, muito clara! Tanto a não compreensão por parte dos metalúrgicos, nas diferentes posições sindicais. A gente dizia: vamos introduzir também no primeiro de maio unificado, a coisa das mulheres. Não ia, de jeito nenhum. Porque depois isso vai se consolidar na discussão que vai dividir a classe. Então, foi a primeira vez que eu me confrontei com essa ideia e a gente via tão concretamente. E depois, no acompanhamento do congresso da mulher metalúrgica em São Bernardo. Aí fica evidente, tá certo? A diferença que tem da opressão das mulheres no chão da fábrica. E como muitas vezes aqueles próprios companheiros se colocavam no papel de patrão. Como era importante discutir essa questão das mulheres junto com as trabalhadoras. E a dificuldade que nós vamos enfrentar para frente. Mas pra mim caiu a ficha assim nesses dois momentos.

As mulheres do Brasil Mulher...

Quem compõe e se aproxima do Brasil Mulher foram várias presas políticas. A Rosalina Santa Cruz era uma delas, eram várias que participavam de várias organizações e foram colocadas na clandestinidade pela ditadura militar. Então são várias dessas ex-presas políticas, Amelinha, que, aliás tem que fazer um parênteses, tem feito uma luta incessante sobre essa questão da tortura no Brasil. A Amelinha, a Rosalina e a Bia, Beatriz Guarjeri, também outra ex-presa política. Aqui em São Paulo eram mulheres de classe média. Todas já formadas, tinha economistas, arquitetas, físicas, como eu, assistente social, mas que trabalhava em empresa, agrônomas, etc. No Rio tem assistente social, filosofas, etc. Tem uma variedade de mulheres formadas que vinham da universidade, de classe média, ninguém com muita grana, todo mundo trabalhando já não estudantes. E participação política... a idade, algumas um pouco mais velhas, 30 ano, 32, mas, em geral, numa faixa de 25, 27, 28. Algumas com 30 é verdade, 31.

7.2.3 A prática de fazer imprensa alternativa

“A Prática de Fazer Imprensa Alternativa” compõe o Bloco III, focando nas questões práticas de como se organizavam e que estrutura os jornais e as sujeitas políticas tinham. Como, por exemplo, onde se reuniam e quais eram as condições de produzir os jornais, como eram as reuniões de pauta, quem eram as mulheres fontes e como se dava a distribuição.

Rachel Moreno:

Como funcionava o jornal...

Para se reunir, para fazer acontecer o jornal, eu conhecia o Marcos Faermann do Versus e ele nos ofereceu uma sala no subsolo do porão do Versus. Então a gente brincava que nós éramos o primeiro jornal underground do Brasil, porque a gente ficava lá embaixo. Bom, a gente trazia as matérias que tinha e eu acabei trazendo muitas que eu tinha acumulado e a gente lia e discutia. Se a gente concordava, publicava. Aí, já que todas nós concordamos, vamos omitir o nome de quem escreveu, fica anônima porque representa o grupo como um todo. Bom, foi tudo muito bem até um certo ponto. Tinha uma que fez a diagramação, tinha a que fez a capa, tinha a Renata Vilas Boas, que acabou aprendendo um pouco a diagramar, e tinha o corpo editorial que fazia a matéria ou que discutia. Tinha jornalista responsável, que agora está dando aula na Unicamp. [...] qualquer uma podia escrever, não precisava ser jornalista. Você precisava ter um jornalista responsável pela publicação, e é o que a gente tinha na época, e as pessoas que escreviam tanto no Nos Mulheres quanto no Brasil Mulher não eram jornalistas, como no Mulherio, também, eram mais pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas. [...] a nossa jornalista responsável, ela sabia que, na verdade, a linguagem com a qual a gente escrevia era uma coisa mais corriqueira, digamos, e não uma coisa exatamente jornalística e, de repente, era o jeito legal para que a mulher de periferia lesse e se identificasse e não deixava de ser uma coisa interessante também.

Distribuição de mão em mão e como mantinham o Nós Mulheres...

[...] eu acho que nós tínhamos a tiragem de cinco mil exemplares que a gente distribuía amplamente em todos os cantos. A gente não conseguia colocar nem nas

banca, nem no ponto de venda. Distribuíamos de mão em mão! Para algumas pessoas, a gente dava um bloco maior. Tipo Cidinha, presidente da associação, levava uns vinte ou trinta para distribuir. Era difícil a gente conseguir recurso para poder bancar o jornal. Assim como tinha uma dificuldade adicional em distribuir o jornal. Nós não tínhamos uma tiragem suficiente para colocar em banca e nós não tínhamos grana para pagar, também, a empresa que colocava em banca. Então, o máximo que a gente acabou conseguindo foi em uma livraria em frente a uma banca de jornal. Mas então a gente era jornalista, a gente era fazedora e a gente era vendedora do jornal e debatedora do jornal. Era tudo ao mesmo tempo. Essa era a dificuldade adicional. Mas era, também, uma riqueza de vivência e nos trazia um contato com a realidade que era importante.

Como eram definidas as pautas e as fontes não eram mulheres facilmente localizáveis...

As pautas a gente trazia, olha, tem uma matéria sobre isso, isso e que tal a gente fazer sobre tal coisa? Ou alguém tem alguma proposta a mais, quem se propõe fazer? E aí, se tivesse tempo até a hora do fechamento, quem trazia a matéria, as matérias eram lidas e decidido se saía ou não. Na verdade, a matéria tinha que estar impressa, então algumas das minhas, que eu tinha feito entrevista, eu tinha que transcrever e colocar ali, e outras as pessoas, eventualmente, traziam também. [...] a Dona Maria que deu a matéria e mostrou a foto, ela participou do I Congresso da Mulher Paulista também. Mas ela morava na Zona Leste de São Paulo, na periferia. Dona Maria da Zona Leste, quem é? A ascensorista que sobe e desce, quem é? Não eram fontes importantes, gente localizável, necessariamente. Por um lado, nos permitia um contato com o cotidiano das mulheres, particularmente as mulheres que nos interessavam eram as mulheres trabalhadoras e de periferia ou mesmo as de classe média, mas mais essas duas primeiras e, por outro lado, garantia uma certa segurança com relação à fonte, porque não eram conhecidas, não eram pessoas facilmente localizáveis.

Vera Soares:

Financiamento e funcionamento do *Brasil Mulher*...

[...] a gente vendia um número para poder financiar o próximo. Certo? O trabalho de todo o mundo era gratuito. Para fechar o jornal, precisava ser uma jornalista. Nós fazíamos as matérias e tinha duas jornalistas que olhavam as matérias. Tinha uma pessoa que ajudava na ilustração e o jornal era fechado, então, com esse trabalho voluntário de profissionais. A matéria, tudo, a gente fazia e decidia entre nós o que conseguiríamos fazer. O jornal vendíamos, cada uma, enfim, participava de outros tipos de movimento da sociedade, mas principalmente nos bairros. Então, a gente, em geral, fazia três mil, cinco mil números do jornal e procurava vender junto a essas comunidades e, uma observação, é que depois de um certo tempo, quando a Terezinha Zerbini já estava fora, nós tínhamos pessoas que estavam no Brasil Mulher no Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro tinha um grupo forte que era de mulheres que ainda militavam também na Ação Popular. Na cidade de Salvador e em Belo Horizonte tinha um grupo de mulheres, também, e no Recife ou Fortaleza que era uma turminha mais ligada ao PCdoB, mas enfim a gente procurava manter, lembrando que não tinha telefone celular, não tinha computador, então a gente falava por telefone ou, de vez e quando, nos encontrávamos para discutir essas questões do feminismo. E elas propunham, além de temas, muitas vezes faziam, davam informação, muitas vezes escreviam o que estava acontecendo naquele lugar e a gente incorporava e na edição entrava. Nós tínhamos uma reunião de pauta e anterior à reunião de pauta a gente buscava conversar com todo mundo que estava vinculado ao jornal, que sugestão tinha. Mas elas, também, tinham completa autonomia – tá certo? – do que fazer, porque nascia uma organização forte de um movimento feminista. Aqui, a gente mantinha, o jornal não era mais publicado no Paraná, mas a gente mantinha como editora a Joana que continuava dando sugestões. A gente não tinha funções, quando fazia a pauta decidia a função de cada uma de nós. Não tínhamos financiamento nenhum. No começo, quando ele veio do Paraná, nós utilizávamos uma salinha que era de outra imprensa, nos reuníamos lá. Quando conseguíamos fazer uma economia, editávamos um número maior de jornal e obviamente assumimos o compromisso de vender todos e arrumamos um aluguel numa salinha. A cidade não era tão cara, o custo de vida, nós tínhamos uma salinha num lugar... [...] Na Vila Madalena. E a gente conseguia, vendendo jornal, e, muitas vezes, a gente completava com dinheiro do nosso bolso mesmo ou para sair o jornal ou para pagar o aluguel. E quando a gente queria fazer uma coisa diferente, uma vez nós fizemos os jornais impressos, uma coleção

impressa do jornal, a gente dava festa, fazia festa [...] Lotava! Tanto a gente vendia comida que a gente mesmo fazia como, obviamente, eram todos nossos companheiros, nada fora da bolha, como se diz hoje, mas com isso a gente conseguia essa auto organização [...].

A forma como ia para o jornal, os jornalistas que iam sair da nossa linguagem tosca, acadêmica...

[...] uma vez por semana ou a cada quinze dias, nós tínhamos as nossas pautas de discussão em função das coisas que estávamos fazendo. O jornal era uma das coisas que o Brasil Mulher fazia, tinha a nossa militância. Então as nossas reuniões, quando marcadas, e a gente via que tava conseguindo vender todos os jornais, então íamos ter dinheiro pra fazer o próximo. A gente tentou manter uma regularidade, uma vez por mês, mas sempre muito difícil. Mas pelo menos uma vez por mês a gente tentava. E aí, era a reunião de pauta, era ouvir o que as outras mulheres dos outros estados podiam trazer da informação. Se a gente via que tinha condições, tinha uma reunião de todo mundo, coincidia ou não, e aí dividíamos os trabalhos para coletar aquelas informações. E muitas, por exemplo, estavam organizando o congresso das mulheres trabalhadoras de São Bernardo, das metalúrgicas. Então, aquilo lá nos alimentava de muitas ideias, então já vinha com dados, informação, coisa pensada pra pauta. Dizer: olha, a discussão, o trabalho noturno tá rolando assim. Vamos fazer. Você já trazia material para a própria reunião de pauta. E depois tinha que conjuminar com as jornalistas que nos ajudavam a fechar o jornal. A gente dava um prazo para cada uma escrever e você podia ficar encarregada de escrever e de organizar porque, depois, a forma como ia pro jornal, os jornalistas que iam sair da nossa linguagem tosca, acadêmica...

As nossas fontes eram contatos de vida, de militância...

Era sempre quem tava, muitas vezes, trabalhando com a gente. Às vezes, não. [...] num modo geral as mulheres que a gente tava acompanhando. Então, as nossas fontes eram nossos contatos de vida, de militância. Porque a gente não fazia só o jornal. Nós fazíamos o jornal mas era o nosso espaço de militância política e de ação política porque era com ele que a gente estabelecia, ajudava, acompanhava e

tava nas periferias da cidade tava junto dos sindicatos. E estávamos juntas com outras feministas.

Das mulheres que estavam no Brasil para as exiladas em Paris...

[...] nosso jornal, como tinha esse vínculo, o NM também, tinha muitas mulheres que tinham sido presas políticas e muitas de nós, todas nós em determinadas organizações. Então, nosso jornal era lido no coletivo de mulheres em Paris. E as mulheres que foram para o exílio formaram um coletivo de mulheres que também aprenderam o feminismo lá porque saíram daqui como refugiadas políticas e não tinham nenhuma militância e aprenderam o feminismo com as francesas depois de 78. Elas liam o jornal e nos mandavam cartas, elas analisavam o jornal no coletivo de mulheres e nos mandavam uma carta. Desciam o pau no jornal. Pra você ver, tudo na base da carta. Elas mandavam uma carta que escreviam e como era muito caro o correio, escreviam a mão porque não tinha computador e vinham aquelas cartas enormes criticando o nosso jornal, diziam que era pouco feminista, que trabalhava pouco com a sexualidade, sempre tinha umas críticas enormes para o jornal. Era divertido, aí nós fazíamos uma reunião só para ler as cartas das nossas irmãs no exílio. E fazia parte da nossa formação porque a gente reconhecia, também, que elas foram formadas lá, tinha um ambiente também muito mais de feministas formadas, com tradição, coisa desse tipo. Aqui, para nós, era uma autoformação, de ficar com o texto e ler, e descobrir e pensar na sua vida, no seu relato, como é que se encaixava isso com as ideias, com as coisas da sua vida. E elas tinham mais condições na sua formação feminista. Eu não sei se acabou por influenciar a nossa pauta porque era muitas vezes muito concreta, tava muito calcada no chão da gente. Tanto a pauta mais geral e a luta por direitos como as coisas que as mulheres estavam discutindo.

7.2.4 A imprensa alternativa na era das redes sociais

Por fim, o Bloco IV, *A Imprensa Alternativa na Era das Redes Sociais*, pretende trazer o olhar passado para a atualidade. Se aquele período exigiu a criação de dois veículos alternativos feministas, o que a internet nos proporciona hoje? A internet facilita o acesso à informação? E abriu espaço para a imprensa alternativa? E o feminismo, conquistou espaço na imprensa alternativa das redes?

Rachel Moreno:

Nós não temos tanto espaço quanto a gente merece na imprensa alternativa...

Eu acho que nós temos uma imprensa que é alternativa, sim. Que está com dificuldades financeiras, que tem o alcance, infelizmente, limitado. Nós, na verdade, estamos vivendo, embora a constituição diga que o monopólio é proibido no país, nós estamos vivendo uma situação de monopólio, oligopólio, em que seis famílias são donas de todos os meios de comunicação. Rádio, jornal, tv, etc. E falta diversidade nesses meios porque só mostram o que lhes interessa e falta pluralidade, porque não têm pontos de vistas diferentes que nos permitam formar a própria opinião. Então, as mulheres, quer dizer se todo mundo é maltratado, as mulheres são mais maltratadas ainda porque eles tendem mais a reproduzir estereótipos e preconceitos, porque eles não podem deixar de falar com a gente porque, afinal de contas, nós somos responsáveis por 80% das decisões de consumo. Então eles falam para as mulheres, mas eles falam do jeito mais conservador e selecionando o que lhes interessa e impondo padrões de comportamento, de estética, de valores, de qualquer coisa, aqui, altamente conservadores e está faltando uma discussão sobre uma série de coisas, né? Nós estamos perdendo direitos, nós trabalhadores de um modo geral. Nós mulheres, especificamente, estamos sendo massacradas, estamos perdendo mais direitos adquiridos, nós estamos sendo massacradas pelo golpe, enfim, porque não nos permitem nos expressar e está faltando espaço para discutir isso. Eu diria que está faltando espaço na grande imprensa, e eu diria que nós não temos tanto espaço quanto a gente merece na imprensa alternativa, eu acho que caberia mais de nós em termos de discussão. Agora nós temos alguns blogs, nós temos alguns jornais nossos que circulam pelas redes, algumas publicações, mas isso é um pouco bolha, porque a gente tende mais a falar com os que pensam igual a nós do que de um modo geral, e tem um alcance limitado. Não é todo mundo que tem acesso à internet ainda, classes mais baixas não têm, enfim. Mereceria, mereceriam um espaço maior em termos da mídia e da grande mídia. Nós, definitivamente, não temos e, na mídia alternativa, a gente devia batalhar para que isso aconteça mais.

Talvez um *Nós Mulheres*, hoje, ressignificado...

[...] ou, talvez, a garantia de pelo menos duas matérias por número a cada um desses jornais que saem por aí. Afinal de contas, nós estamos no mundo, nós somos a maioria da população portanto nós temos coisas a contar. É gozado, a UNESCO costuma fazer uma pesquisa a cada dois anos sobre a imagem da mulher na mídia e o Brasil faz parte da mostra e as mulheres que acompanham isso, [...] e a gente aparece em 18% das notícias. 18%, se nós somos 52% da população, é complicado. Aí o pessoal diz: "Não. Internacionalmente, quando tem mais mulheres nas redações, assim a gente aparece como vítima ou como testemunha, raramente como especialista". E todo mundo diz, quando tem maioria de mulheres nas redações, as mulheres tendem a aparecer mais como especialistas. Aqui no Brasil, pelo menos em São Paulo, nós já temos uma maioria de mulheres nas redações mas o que aconteceu foi que o salário baixou e nós não temos mais espaço enquanto especialistas, e continuamos na mesma marca. Está na hora da gente se chacoalhar e ganhar esse espaço.

Vera Soares:

Então, nós podemos falar de alternativo...

Eu acho que sim. Hoje tem tanta rádio comunitária que eu acho que tem um papel bacana, é uma imprensa alternativa? eu acho que sim. Agora temos mais que eu acho que é essa nova experiência da TVT, que é na televisão, é uma imprensa alternativa? Eu acho que sim. Você tem a rádio Brasil Atual, é uma alternativa? Tão usando a palavra alternativa em que sentido? eu acho que é aquela que foge da organização dos grandes donos dos meios de comunicação, dos grandes grupos. Se a gente definir que alternativo é aquilo que está fora desses grandes grupos e coligações e famílias, muitas vezes, que controlam tudo que é da imprensa e meios de comunicação, mais do que imprensa, meios de comunicação. Então, nós podemos falar de alternativo, né? Pode chamar a TVT de alternativa? eu acho que sim. A rádio Brasil Atual? sim. A Mídia Ninja tá fora. Eu fico bastante feliz assim de ver que, hoje, você tem, por exemplo, na Carta Capital uma seção de feministas. Você tem vários blogs de feministas, dentro desse conceito de mídia, de imprensa alternativa. Agora, eu nunca me detive... eu acho que apoiam, sem dúvida nenhuma, eu acho que a TVT, pela experiência que eles tem, eu acho que, eu assim

eu nunca fiz uma análise, assim não me sinto não contemplada muitas vezes ao acompanhar, agora eu não sei se eles têm um programa... é interessante essa tua pergunta me fez pensar o seguinte: eu não sei se a TVT tem um espaço que é do feminismo, uma sessão. Não sei. [...] eu vejo na Carta Capital, é uma seção muito bacana.

A internet para o bem e para o mal...

A gente fala que a internet é uma coisa que vem para o bem e para o mal, né? Nós estamos vendo aí o que é essa campanha feita pelo whatsapp que é uma coisa de maluco. É completamente! Não é mais nem o Facebook. Então, eu não tenho dúvidas. Agora eu não sei se a gente aproveita [...] Isso da internet, o papel, vocês que têm que falar, porque nós somos da época do jornal impresso. Pensa bem! O que era a gente se organizar e conversar num lugar que não tinha celular, não tinha internet. Era o papel muitas vezes, cartas. No máximo um telefone e olhe lá porque era caro. Cada um se relacionava com as suas turminhas [...] tinha suas comunicações internas.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A entrevista, como explicitado no capítulo 6, é uma técnica de coleta de dados de extrema importância para a pesquisa social, sendo uma das ferramentas que possibilita, também, a obtenção da história oral. Desde o seu surgimento, a história oral aparece como uma forma de dar visibilidade a indivíduos e grupos - exemplo de mulheres, negros e negras - na luta por direitos e busca da superação da exclusão social. Neste trabalho, que entrelaça os campos da história, da comunicação e do jornalismo como forma de relatar sobre as mulheres que construíram a imprensa alternativa feminista no período da redemocratização, o uso da entrevista aparece como indispensável no resgate de suas vivências que as fizeram se expressar enquanto sujeitas políticas de suas próprias histórias.

Aqui, a construção e resgate da história oral por meio da entrevista, tem o mesmo objetivo: visibilizar a luta das mulheres organizadas na imprensa alternativa contra as violências do regime militar e da sociedade patriarcal. A partir das entrevistas com Vera Soares e Rachel Moreno, pôde-se aprofundar a compreensão dos impressos *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher* enquanto jornais da imprensa alternativa, pertencentes a um tempo. Além disso, pôde-se resgatar a memória das práticas feministas que perpassavam todo o processo de construção e distribuição dos jornais, desde sua elaboração até o público-alvo para o qual eram voltados.

O êxito na utilização da história oral, na presente pesquisa, pode ser observado a partir do momento em que os relatos das memórias e lembranças das entrevistadas, resgatam práticas que ao se combinarem com o referencial teórico, possibilitam uma análise peculiar que coloca em destaque as vivências das sujeitas políticas na compreensão do processo histórico.

No capítulo 4 "*Autonomia da voz das mulheres: as sujeitas políticas auto-organizadas nos impressos alternativos*", os conceitos de autonomia e auto-organização são fundamentados teoricamente em reflexões feministas que defendem uma sociedade anticapitalista, sobretudo ao aliar esses conceitos a discussões acerca da divisão sexual do trabalho. A partir do relato das entrevistadas podemos evidenciar como traços mais fundamentais dos jornais a auto-organização e a busca pela autonomia das mulheres, verificando-se fortemente a preocupação em acessar as trabalhadoras. Vera Soares, do Jornal Brasil Mulher, conta que: "*Também tem uma concepção política do que significava, na época, a resistência contra a ditadura militar. O jornal mantém, então, obviamente, a mesma ideia do seu*

nascedouro que era um jornal da mulher, era uma voz na busca e na tomada da igualdade das mulheres.” Vale ressaltar que o público-alvo dos jornais, também, era de mulheres de periferia ou, como a entrevistada Rachel Moreno relatou para esta pesquisa, por meio da história oral, os jornais “*chegavam para as mulheres dos trabalhadores*” e as “*que estavam saindo para o mercado de trabalho*”, emancipando-as politicamente, pois passavam a ter contato com discussões que abordavam as opressões sofridas pelas mulheres no dia-a-dia e na sociedade. Um exemplo desse alcance, como contou Rachel Moreno, eram as reações das mulheres ao entrar em contato com assuntos que não tinham espaço para serem abordados, como quando foi lançada a matéria “*Eu também quero uma dona de casa*”. “*A reação das mulheres da periferia foi sensacional: ‘Pô, que legal! Nós nos sentimos representadas.’*” Os jornais discutiam temas centrais que eram de interesse das mulheres trabalhadoras e da periferia por atingirem diretamente as suas vivências e dificuldades cotidianas, era “*importante ter um espaço onde a gente pudesse discutir do jeito que a gente achava que deveria ser discutido. Com espaço necessário e com o enfoque que a gente achava mais adequado*”.

Rachel Moreno relata ainda que na construção dos jornais se refletia muito sobre as vivências das mulheres em espaços auto-organizados que possibilitavam discussões que poderiam não acontecer se estivessem na presença de um homem, ou porque algumas mulheres tinham experiências de violência ou porque as organizações mistas, mesmo as de esquerda, costumavam não priorizar debates ligados as reivindicações das mulheres. Entre os temas discutidos pelas mulheres estavam o trabalho doméstico, a dupla jornada de trabalho, o direito a creche, a sexualidade, entre outros. Por exemplo, falar sobre sexualidade era um tabu naquela época e os jornais ajudaram a disseminar o tema. Rachel Moreno também relatou a experiência de conversar sobre o assunto no Clube de Mães: “*Gente! Era o grupo mais cheio que tinha. Então, a demanda reprimida, porque sexualidade é uma coisa pouco política, não pode discutir [...] Algumas frases ficaram na minha cabeça que são fantásticas, uma delas é: ‘Olha, você fala muito em gozo e eu não sei o que é isso, como é que é isso?’ Então, orgasmo era uma coisa difícil [...] E tinha outra mulher em um dos grupos do Clube de Mães [...] levanta a mão e diz: ‘Eu acho que tive seis orgasmos.’ E, eu pergunto: ‘E como é que você sabe que foram seis orgasmos?’ Ela responde: ‘Ah! Porque eu tive seis filhos’.* Então, a falta de

informação a respeito dessas coisas e a falta de espaço para discutir [...] fazia com que essas questões ficasse em segundo plano ou não se discutisse.”

Já no capítulo 2 “Imprensa Alternativa: um breve histórico”, Aguiar (2013) classifica como impresso alternativo o jornal que se coloca como alternativa aos veículos com relação ideológico e econômico ligado aos grandes grupos capitalistas e financeiros. Nesse sentido, como afirmam as entrevistadas, os jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, enquadram-se na imprensa alternativa, representando uma antítese da grande imprensa, que mantinha estreitos vínculos com setores economicamente privilegiados. Vera Soares conta que o jornal *Brasil Mulher*: “nasce como um jornal militante e ele não tinha nenhum tipo de financiamento, se auto financiou o tempo todo”. Já Rachel Moreno relata que os dois primeiros números do *Nós Mulheres* foram apoiados financeiramente por mulheres ligadas à cultura, como Elis Regina e Ruth Escobar, mas que já no terceiro número o jornal era bancado pelo que conseguiam arrecadar com as vendas.

As entrevistas ocupam um lugar central neste trabalho. Para colocar as mulheres que construíram os jornais *Nos Mulheres* e *Brasil Mulher* numa posição de protagonismo na história e afirmá-las enquanto sujeitas políticas, apenas o referencial teórico não seria suficiente. Foi preciso ouvi-las, resgatar as suas memórias, vivências pessoais, mas sobretudo as coletivas, frutos da auto-organização feminista, que permitiram produzir um conteúdo revolucionário e que contribuiu muito para o movimento de mulheres no período da redemocratização, mas deixando também um legado para toda a história do movimento feminista brasileiro.

No período da redemocratização, os jornais *Brasil Mulher* (1975) e *Nós Mulheres* (1976) foram criados a partir da necessidade de noticiar a opressão e desigualdade social a que as mulheres estão historicamente submetidas. Sutilmente, os periódicos que falavam sobre “assuntos de mulherzinha” conquistaram espaço na imprensa alternativa que, por sua vez, como abordado nesta pesquisa, cumpriu papel fundamental de resistência à censura e à violência da ditadura militar mas que, assim como a imprensa hegemônica, não abordavam os temas das mulheres.

A imprensa alternativa feminista se consolidava em meio à luta pelo fim da ditadura militar, pela democracia e anistia, pelos direitos iguais entre as trabalhadoras e trabalhadores. Nesse momento, buscou-se alcançar as mulheres brasileiras, que começavam a sair para o mercado de trabalho (estabelecendo a

dupla jornada de trabalho), com base na compreensão de que o patriarcado e as violências sofridas no âmbito doméstico estruturavam – e ainda hoje estruturam – a sociedade.

A presente pesquisa resgatou a história do surgimento desses jornais feministas, contextualizando-os no tempo e espaço a partir de registros históricos sobre a época. As entrevistas com Rachel Moreno e Vera Soares, que vivenciaram os jornais, permitiu, através da história oral, costurar as memórias do passado no tempo presente.

Mostrou-se que a ditadura militar, no Brasil, foi brutal e que experiências como o *Nós Mulheres* e o *Brasil Mulher* foram importantes instrumentos para fortalecer a luta por democracia, a luta das mulheres, e dar sentido para a vida daquelas que construíram esses jornais. Muitas foram presas, torturadas e até assassinadas, como contou Rachel Moreno sobre Iara (Iavelberg), que foi vista pela última vez na USP e nunca mais voltou. Rememorar o passado é imprescindível para que as páginas infelizes de nossa história não sejam esquecidas e tampouco reescritas.

Entrecruzar os campos científicos da história, do jornalismo e da comunicação, contribuiu para que fosse possível compreender as possibilidades do conhecimento científico em sua teoria e prática, fornecendo a fundamentação para afirmar a importância de entender os processos históricos a partir de uma combinação entre a análise das estruturas sociais e as vivências dos atores sociais.

Além desse entrecruzamento, a relação da prática jornalística dos impressos alternativos feministas *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher* com os conceitos reivindicados no movimento feminista permitiu concluir que sujeitas políticas fazem história e é dever da historiografia, assim como do jornalismo, utilizá-las como fontes. É preciso conquistar espaços para que as mulheres contem suas histórias e vivências como forma de terem visibilidade e de transformarem a realidade social. Inclusive, um dos resultados revelados por esta pesquisa é que as mulheres não adotam o silêncio como forma de resistência, sendo através do feminismo e de práticas mais solidárias e coletivas, como a auto-organização, que elas percorrem a história na busca por autonomia e por outro mundo possível, onde sejam livres da violência e da opressão capitalista, patriarcal e racista.

Por fim, desenvolver este estudo em um período político tão delicado do país, como o que vem sendo desde 2016, com o golpe que tirou a presidenta Dilma

Rousseff da presidência da República, até os dias atuais, com o cenário das eleições gerais de 2018, em que o neoliberalismo avançou, através da intolerância, do fascismo e das *fake news*, foi um enorme desafio.

Finaliza-se este trabalho de conclusão de curso com um re-encantamento pelas possibilidades que o jornalismo oferece e pela responsabilidade que exercer essa função social exige. Ademais, reafirma-se a necessidade da luta feminista para não permitir que nenhum homem no poder retire os direitos das mulheres e da classe trabalhadora, conquistados por muitas mãos e vozes coletivas. Ressignifica-se, também, a militância pessoal no movimento estudantil e no movimento feminista.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Flávio. *Imprensa Alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo*. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da Imprensa Alternativa**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 233-247.
- BARBOSA, Marialva Carlos; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Comunicação e história: um entre-lugar*. In: BARBOSA, Marialva Carlos; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Comunicação e História** - partilhas teóricas. 2011, 9-28.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *História e paradigmas rivais*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- COSTA, Ana Maria Alice Alcântara. *O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar*. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero e ditaduras no Conesul**, 2010, 174-190.
- EDITORIAL. **Nós Mulheres**. São Paulo, n. 1, jun.1976.
- SOCIEDADE BRASIL MULHER. **Objetivos**. São Paulo, 1978. [Documento Interno]
- FARIA, Nalu; MORENO, Renata; VITÓRIA, Carla; COELHO, Sonia. **Feminismo e autonomia das mulheres: caminhos para o enfrentamento à violência**. São Paulo: SOF, 2018.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. Rio de Janeiro: Revista Topoi, 2002. Disponível em: http://revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf. Acesso em: 10 out. 2018
- GAMBA, Susana B. (org.). **Diccionario de estudios de género y feminismos**. Buenos Aires: Biblos, 2009.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisas sociais**. São Paulo: Atlas, 2008.
- IMMACOLATA, Maria V. de Lopes. *O campo da Comunicação: sua constituição, desafios e dilemas*. Porto Alegre: Revista **FAMECOS**, 2006. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3372>. Acesso em: 5 out. 2018.
- JOSÉ, Emiliano. **Intervenção da imprensa na política brasileira (1954-2014)**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- KERGOAT, Danièle. *Compreender as lutas das mulheres por emancipação coletiva e pessoal*. In: MORENO, Renata (org.). **Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista (SOF), 2014, p. 11-21.

LAGO, Claudia; ROMANCINI, Richard. **História do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

MARCARINI, Camila Tomazzoni. **As sujeitas políticas e a formação na universidade**: Encontro de Mulheres Estudantes da UNE 2003 – 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação). 2017 – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017. Disponível em: Unfile:///C:/Users/marin/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/Dissertacao-final-Camila%20(1).pdf). Acesso em: 17 out. 2018.

NOBRE, Miriam; MORENO, Renata; SAORI, Sheyla. Auto-organização das mulheres. In: NOBRE, Miriam; MORENO, Renata; SAORI, Sheyla (org.). **Experiências e desafios na construção de agendas feministas nos Territórios da Cidadania**. São Paulo: SOF, 2015, 6-8.

PARDINA, Teresa López. Autonomía. In: AMORÓS, Célia. **Diez palabras clave sobre Mujer**. Estella: Verbo Divino, 1995, p. 151- 188.

ROMANCINI, Richard. **História e Jornalismo**: Reflexões sobre campos de pesquisa. São Paulo: Núcleo de Pesquisa 02 – Jornalismo, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2005. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/132721777/Historia-e-Jornalismo-reflexoes-sobre-campos-de-pesquisa>). Acesso em: 13 set. 2018

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente)

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista**: a construção do feminismo pós luta armada no Brasil (1975 – 1980). – São Paulo: Intermeios, 2013. (Coleção Entregêneros).